

RODRIGO TERRA

**O IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER NO
PROCESSO EDUCATIVO DOS USUÁRIOS DO CENTRO
POPULAR DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DO
BAIRRO AERO RANCHO — 1998 - 2004**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande - MS
fevereiro de 2006**

RODRIGO TERRA

**O IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER NO
PROCESSO EDUCATIVO DOS USUÁRIOS DO CENTRO
POPULAR DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DO
BAIRRO AERO RANCHO — 1998 - 2004**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação Escolar e Formação de Professores.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar

Orientadora: Professora Doutora Mariluce Bittar.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande - MS
fevereiro de 2006

**O IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER NO
PROCESSO EDUCATIVO DOS USUÁRIOS DO CENTRO
POPULAR DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DO
BAIRRO AERO RANCHO — 1998 - 2004**

RODRIGO TERRA

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora – Profa. Dra. Mariluce Bittar
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino
Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

Profa. Dra. Marina Vinha
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

TERRA, Rodrigo. *O impacto da política pública de lazer no processo educativo dos usuários do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho — 1998 - 2004*. Campo Grande, MS, 2005. 107 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Esta dissertação teve como objeto de pesquisa a análise do impacto das políticas públicas de lazer no processo educativo dos usuários do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do bairro Aero Rancho. Os objetivos consistiram em: a) analisar se o Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do bairro Aero Rancho oferece oportunidades de inclusão pelo lazer; b) verificar se existe por parte dos atores do projeto o entendimento das relações entre lazer e educação; c) identificar o impacto das políticas públicas de lazer no processo educativo dos usuários do Centro de Cultura, Esporte e Lazer do bairro Aero Rancho. O procedimento metodológico foi realizado em quatro fases: a) revisão bibliográfica sobre a temática; b) levantamento de documentos referentes à construção e implementação de política pública de lazer no período de 1998 a 2004 em MS; c) realização de dez entrevistas com professores; professores acadêmicos e usuários do Centro Popular; d) categorização dos documentos e entrevistas. Os resultados demonstraram que o Centro Popular possibilitou oportunidades de inclusão dos usuários, na medida em que os entrevistados ressaltaram aspectos, tais como: socialização, participação, democratização de acesso de equipamentos públicos, exercício da cidadania, entre outros. Quanto ao entendimento das relações entre lazer e educação, os dados mostraram que dos entrevistados somente os professores e os professores acadêmicos percebem com clareza tais relações. No que diz respeito ao impacto da política pública de lazer no processo educativo, verificamos que esse impacto acontece e se apresenta dividido por fases da vida. Estes aspectos estão contemplados nos documentos que materializam a política. A conclusão da dissertação permite afirmar que uma política pública efetiva deve ser constituída com base nos interesses e necessidades do conjunto da população e se revela, no caso específico, como importante estratégia no desenvolvimento do processo educativo dos usuários do Centro Popular.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação; Lazer.

TERRA, Rodrigo. *The impact of government policy on recreation in the educational process for the users of the Popular Centre for Culture Sport and Recreation in the Aero Rancho Neighbourhood – 1998 - 2004*. Campo Grande, MS, 2005, 107 p. Paper (Master's) Dom Bosco Catholic University – UCDB.

ABSTRACT

The dissertation in hand had as its research aim the analysis of the impact of government policy on recreation in the educational process for the users of the Popular Centre for Culture, Sport and Recreation in the Aero Rancho neighbourhood. The aims were: a) to analyze whether the Popular Centre for Culture, Sport and Recreation in the Aero Rancho neighbourhood offers opportunities of inclusion through recreation; b) to verify whether there is, on the part of the participants within the project, the understanding of the relationship between recreation and education; c) to identify the impact of government policy on recreation in the educational process for users of the Centre for Culture, Sport and Recreation in the Aero Rancho neighbourhood. The methodological procedure was carried out in 4 phases: a) a bibliographical revision of the subject; b) a survey of documents referring to the construction and implementation of government policy on recreation during the period of 1998 to 2004 in Mato Grosso do Sul; c) the carrying out of interviews with teachers, student teachers and users of the Popular Centre; d) the categorizing of documents and interviews. The results demonstrate that the Popular Centre made opportunities possible for the inclusion of the users, in so far as the interviewees brought out aspects such as: socialization, participation, democratization of access to public equipment, the exercise of citizenship, and others. As to the understanding of the relationships between recreation and education, the data showed that of those interviewed only teachers and student teachers clearly perceived such relationships. As to the impact of government policy on recreation in the educational process, it was verified that this impact takes place and is shown according to the phases of life. These aspects are contemplated in the documents that materialize the policies. The conclusion of the dissertation permits the affirmation that effective government policy should be constituted based on the interests and necessities of the whole population and it has been revealed, in this specific case, as an important strategy in the development of the educational process for the users of the Popular Centre.

Key-words : Public Politics; Education; Recreation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - CENTRO POPULAR: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER EM MS.....	13
1.1 Pensando uma política pública democrática de lazer.....	13
1.2 Uma política pública democrática de lazer em construção.....	24
1.3 Apresentando o Centro Popular no contexto de uma política pública democrática de lazer.....	35
CAPÍTULO II - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER E SEU IMPACTO NO PROCESSO EDUCATIVO DOS USUÁRIOS NO CENTRO POPULAR DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	42
2.1 Inclusão social pelo lazer no Centro Popular.....	42
2.2 Relações entre lazer e educação no Centro Popular.....	54
2.3 Impacto da política pública de lazer no processo educativo dos usuários no Centro Popular.....	64
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	78

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Quadro de categorização dos documentos.....	82
ANEXO 2 – Quadro de categorização das entrevistas.....	90

INTRODUÇÃO

Analisar e refletir sobre políticas públicas hoje, diante da realidade de nosso país, é uma necessidade premente. O seu papel na busca de alternativas de superação dos inúmeros e graves problemas que nossa sociedade atravessa nos parece ser essencial.

A relação das políticas públicas de lazer com o processo educativo é o tema central desta pesquisa. Mais precisamente a pesquisa delimita-se na reflexão do impacto da política pública de lazer no processo educativo dos usuários do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer. Essa política começou a ser pensada em 1998 e o início de sua execução ocorreu em 1999, pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio, em um primeiro momento, da Fundação de Desporto e Lazer (FUNDESPORTE) e, em seguida, da Secretaria de Estado da Juventude e do Esporte e Lazer (SEJEL). Em meados de 2002, essa política começou a ser desenvolvida no Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho, em Campo Grande, MS, objeto de estudo desta pesquisa.

Com a intenção de compreender e analisar o objeto definido nesta pesquisa foram construídos três objetivos: a) analisar se o Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho oferece oportunidades de inclusão pelo lazer; b) verificar se existe por parte dos atores do projeto desenvolvido no Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho o entendimento das relações entre lazer e educação; c) identificar o impacto da

política pública de lazer no processo educativo dos usuários do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho.

Alguns aspectos nos levam ao interesse por esse tema, mas, sem dúvida, a sua importância social e a grande ligação que temos com a temática foram os fatores que mais nos incentivaram a optar por este estudo.

Faz quase sete anos que o estado de Mato Grosso do Sul é administrado por um governo que se localiza no campo democrático popular. O Governo Popular de MS, como ficou conhecido após a eleição de 1998, e a reeleição, em 2002, do Governador José Orcírio Miranda dos Santos, o “Zeca do PT”, traz em sua política administrativa base, explicitada por programas partidários das campanhas eleitorais (1998 e 2002), uma série de propostas voltadas para o aumento de oportunidades, principalmente para as camadas de população de baixa renda. Essas propostas procuram entender o lazer e a educação como direitos sociais, garantidos na Constituição Brasileira, e elementos-chave na construção do exercício da cidadania e na melhoria da qualidade de vida da população.

Após ter participado da campanha eleitoral de 1998 em MS, como coordenador do setorial que debateu as políticas para o esporte e lazer e com a posterior vitória eleitoral do projeto defendido, fomos convidados a compor a equipe do Governo Popular.

Em janeiro de 1999 tivemos o compromisso de assumir a presidência da FUNDESPORTE, órgão responsável, naquele momento, pela gestão da política pública estadual de esporte e lazer. Permanecemos na presidência da Fundação até abril de 2004, quando foi criada, pelo Governo Estadual, a Secretaria de Estado da Juventude e do Esporte e Lazer, que passamos a comandar, acumulando até novembro do mesmo ano os cargos de presidente da FUNDESPORTE e Secretário de Estado da referida Secretaria. Esses seis anos como gestor de

política pública de esporte e lazer do estado de Mato Grosso do Sul, nos proporcionaram inúmeras e engrandecedoras experiências. Mas, sem dúvida, aquela que mais nos motivou foi a possibilidade concreta, ofertada ao Poder Executivo, de um grande debate com parte representativa da sociedade sul-mato-grossense para construir uma política que tivesse como seu maior interesse oferecer melhores condições de vida para a população, sobretudo àqueles que mais necessitam do poder estatal.

No mês de fevereiro de 2004 ingressamos no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) com grande desejo em aprofundar, com enfoque científico, os estudos e as pesquisas no campo das políticas públicas de lazer. Interessava-nos, desde o início, analisar a política pública de lazer do Governo Popular de MS no período em que colaboramos, como um dos protagonistas, para sua construção e implementação: 1998 a 2004.¹

Desde que iniciou o Programa de Mestrado em Educação da UCDB, em 1996, apenas duas dissertações foram defendidas com assunto correlato ao que nos propomos a discutir nesta pesquisa. Uma dissertação foi defendida no ano de 2000 e outra, em 2003, e tratavam sobre temas relacionados com a Educação Física. Esse é mais um fator motivador para a realização do presente estudo.

A escolha do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho em Campo Grande, como local para a realização desta pesquisa, deve-se, pelo menos, a dois fatores importantes. O primeiro, por estar situado em um bairro com uma população de, aproximadamente, sessenta mil habitantes (o que o coloca entre os dois bairros mais populosos da cidade), em sua maioria de baixa renda, que tem o Centro Popular como seu principal equipamento público ou privado de lazer. O segundo deve-se à própria estrutura do local,

¹ A partir de janeiro de 2005 assumimos outra função no Governo Estadual, fato que nos proporcionou a distância necessária para analisar as políticas de lazer do Governo Popular.

composta de quatro quadras poliesportivas cobertas, salas de teatro e dança, três piscinas e palco para apresentações culturais, configurando-se, assim, como um dos equipamentos de lazer mais privilegiados do estado de Mato Grosso do Sul.

O processo de implantação dos projetos de animação cultural, desenvolvidos no Centro Popular, ocorreu, em um primeiro momento, de maneira experimental, pensado e executado apenas pela FUNDESPORTE, suprimindo a necessidade urgente da demanda popular por políticas públicas de lazer na região. Já no segundo ano, a execução das políticas de lazer no Centro Popular passou a ser definida com a parceria da FUNDESPORTE com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a comunidade local. São essas políticas que mereceram um olhar científico mais atento por parte desta pesquisa.

Além do nosso já citado interesse e da importância intrínseca do tema, um outro ponto motivador para a realização deste estudo é a possibilidade de ele poder servir como referencial futuro para análise de políticas públicas de lazer no processo educativo, como também de possibilitar o estudo aprofundado do projeto desenvolvido no principal equipamento público de lazer hoje existente em Mato Grosso do Sul, assim como apontar as possíveis melhorias futuras nesse mesmo equipamento.

Para atingir os objetivos mencionados anteriormente, o procedimento metodológico constou de quatro fases: a) revisão bibliográfica sobre a temática, na qual estudamos inúmeros dos mais importantes autores que discutem os temas abordados pela pesquisa; b) levantamento dos principais documentos referentes à construção e implementação da política pública de lazer no período de 1998 a 2004 em MS (Quadro I); c) realização de dez entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas, transcritas e categorizadas, com base em roteiro que contemplava os

objetivos da pesquisa e com os seguintes sujeitos: dois professores, dois professores acadêmicos² e seis usuários do Centro Popular. Os critérios de escolha dos entrevistados foram: professores que tivessem função de coordenação, professores acadêmicos que estivessem há mais tempo na função e usuários que tivessem pelo menos seis meses inscritos nas atividades, divididos em dois usuários jovens, dois adultos e dois idosos (Quadro II); d) categorização dos documentos e das entrevistas levando em consideração os objetivos da pesquisa (Anexos 1 e 2).

QUADRO I

Documentos analisados sobre políticas públicas de Mato Grosso do Sul

Título	Ano
Programa de Governo Muda MS	1998
Treze pontos do Esporte e Lazer para MS	1998
Plano de Desenvolvimento e Popularização do Esporte e Lazer em Mato Grosso do Sul para 2000: cidadão em ação	2000
Plano Estratégico	2001
Programa de Governo para o Novo Mato Grosso do Sul	2002
Lei nº 2.704, de 11 de novembro de 2003. Institui a política estadual para o esporte e lazer, e dá outras providências	2003
Plano de Consolidação e Modernização do Esporte e Lazer em Mato Grosso do Sul	2003
Projeto de Esportes e Lazer Comunitário – Universidade Católica Dom Bosco	2003

² Os professores são do Quadro Docente (Curso de Educação Física) da UCDB e exercem função de coordenação do Projeto desenvolvido no Centro Popular. Os professores acadêmicos são alunos regulares do Curso de Educação Física da mesma Universidade e exercem função de animadores culturais no referido Projeto.

QUADRO II

Professores e usuários entrevistados nesta pesquisa

Entrevistado		Idade (anos)	Tempo no Projeto
P1	Professor 1	33	1 ano e seis meses
P2	Professor 2	33	1 ano e nove meses
Pa1	Professor Acadêmico 1	21	2 anos
Pa2	Professor Acadêmico 2	34	1 ano e seis meses
U1	Usuário 1	16	1 ano e 3 meses
U2	Usuário 2	16	1 ano
U3	Usuário 3	33	1 ano
U4	Usuário 4	39	2 anos
U5	Usuário 5	63	1 ano e seis meses
U6	Usuário 6	67	1 ano

A dissertação compreende dois capítulos: a) Centro Popular : uma política pública de lazer em MS, em que é discutida a construção e a implantação da política pública de lazer em Mato Grosso do Sul com base na análise dos documentos selecionados; apresentamos, também, o Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho; e b) Implementação da política pública de lazer e seu impacto no processo educativo dos usuários no Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer, no qual analisamos, com base nas entrevistas realizadas no Centro Popular, os três objetivos propostos na pesquisa e já apresentados nesta Introdução.

Na conclusão procuramos sintetizar os resultados obtidos e também responder à questão: “Qual o impacto da política pública de lazer no processo educativo dos usuários do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho?”, que perpassa os três objetivos desta pesquisa.

CAPÍTULO I

CENTRO POPULAR: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER EM MS

1.1 Pensando uma política pública democrática de lazer

No primeiro semestre de 1998, um grupo de pessoas, que tinham em comum o interesse nos estudos do tema políticas públicas de lazer e esporte, foi chamado pela coordenação da campanha eleitoral do “Movimento Muda MS”, para pensar em propostas para um possível governo estadual. Essas propostas, em virtude da frente de partidos que as defendiam e que compunham esse “Movimento”,³ precisariam, necessariamente, ter um caráter democrático-popular e, desta forma, voltadas efetivamente para o aumento de oportunidades, principalmente para as camadas de população de baixa renda. O lazer e o esporte seriam entendidos, nesse contexto, como direitos sociais e estratégias fundamentais na construção da cidadania e na melhoria de qualidade de vida da população.

Com base nessa concepção, vários encontros ocorreram gerando inúmeras discussões que, por fim, levaram à elaboração de dois documentos. O primeiro foi um texto conceitual que fazia um diagnóstico da situação do lazer em Mato Grosso do Sul, além de trazer, de maneira

³ Partidos que compunham o Movimento Muda MS: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Comunista do Brasil (PC do B); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

bem geral, algumas propostas para a área. Esse texto, com outros de vários temas, compunha o “Programa de Governo Muda MS” (MOVIMENTO MUDA MS, 1998a). Já o segundo, que tinha o título de “Treze Pontos para o Esporte e Lazer em MS” (MOVIMENTO MUDA MS, 1998b), trazia propostas mais concretas de possíveis ações práticas. Tais documentos acabaram servindo como base para as ações de lazer e esporte que foram desenvolvidas no estado de Mato Grosso do Sul nos quatro anos subsequentes.

Tanto o “Programa de Governo” quanto os “Treze Pontos para o Esporte e Lazer em MS” traziam preocupações claras de uma política que pudesse democratizar o acesso ao lazer para todo o conjunto da população. Essa perspectiva constava em um dos “Treze Pontos para o Esporte e Lazer”:

Proporcionar o acesso da população às atividades esportivas e recreativas como forma de ocupação do tempo livre, atuando na defesa da cidadania, democratizando e garantindo o acesso de toda a população às diferentes formas de lazer. (MOVIMENTO MUDA MS, 1998b).

Outra preocupação significativa, registrada nos documentos, situava-se na construção de equipamentos públicos que tivessem características multidisciplinares, atendendo a população não só no que diz respeito a escolinhas esportivas para formação de atletas,⁴ como também no oferecimento de experiências do lazer. O “Programa de Governo” já mostrava essa posição:

Os aparelhos públicos esportivos e recreacionais pouco têm a oferecer em termos de atividades que se resumem em cursos de modalidades esportivas, excluindo assim o cidadão comum que não tem pretensão de se tornar um atleta ou disponha de tempo

⁴ Uma das preocupações do “Programa de Governo Muda MS” era não só ter políticas para formação de atletas, como vinha sendo priorizado pelos governos estaduais até então, mas também oferecer oportunidade de atividades de lazer para todo o conjunto da população, sem discriminar, por exemplo, faixa etária, sexo ou mesmo os menos hábeis, entre outros.

para freqüentar os cursos (MOVIMENTO MUDA MS, 1998a, p. 39).

Alguns conceitos aqui abordados precisam ser aprofundados. Um deles, que adquire importância para o desenvolvimento desta pesquisa, é o entendimento de lazer. Para tanto, nos apoiaremos em uma série de autores que, ao longo dos últimos anos, vêm refletindo profundamente sobre o tema.

O conceito de “lazer” é, sem dúvida, fundamental na discussão teórica que fundamenta o objeto desta pesquisa. Para entender melhor esse conceito, toma-se, como ponto de partida, o conceito de cultura, que será analisado aqui, segundo Macedo, “[...] como um conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (1992, p. 35), tratando-se de forma ampla, evitando assim reducionismos conceituais e o considerando como produto e processo da atividade humana.

Outro autor que contribui para a compreensão do objeto desta pesquisa é o sociólogo francês Jofre Dumazedier (2001), que tem no Brasil grande influência no debate sobre o lazer. Ele define lazer como um elemento central da cultura vivida, possuindo relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política, alterando a maneira como tais questões são tratadas. Coloca-se em oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana. De acordo com Dumazedier:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (2001, p. 34).

Afirma, ainda, ser o lazer um fenômeno ambíguo apresentando aspectos múltiplos e contraditórios. Para o autor, mesmo quando a prática do lazer é limitada pela falta de tempo, dinheiro ou recursos, ela surge como uma necessidade, tornando-se cada vez maior e mais premente de acordo com o grau de urbanização e industrialização das cidades modernas. Dumazedier aponta quais são as funções desempenhadas pelo lazer: descanso, divertimento, recreação e entretenimento e desenvolvimento pessoal e social. Contudo, o autor alerta para a necessidade do estabelecimento de uma relação dialética entre o lazer e os outros componentes da vida cotidiana, na qual todos os elementos se ligam entre si e reagem uns sobre os outros. Uma vez que o lazer constitui um fruto da civilização industrial, modificações inerentes a essa civilização influem diretamente no lazer aceito, praticado, fomentado e vivenciado por todos. Assim, será fundamental a influência exercida por movimentos sociais organizados que atuem firmemente em oposição aos interesses dominantes, interferindo na busca por um lazer que se aproxime ao máximo da cultura e das “normas de consumo” da população a que é destinado. Ainda em Dumazedier encontramos os determinantes sociais que, para ele, exercem influência sobre o lazer, exaltando como principais: a evolução técnica, as persistências tradicionais e a organização socioeconômica.

Quanto à ocorrência do lazer na vida social, de acordo com uma perspectiva histórica, são duas as correntes existentes, segundo Marcellino (1998). Uma delas considera que os homens sempre trabalharam, sempre houve também o tempo do não trabalho e a necessidade de atividades de lazer. A outra perspectiva, como a defendida por Dumazedier, considera que o lazer surgiu na sociedade moderna urbano-industrial. Podemos afirmar, portanto, que o lazer sempre existiu e foi sendo transformado, adquirindo novos significados e ganhando novos conceitos com o passar do tempo, conforme o tipo de sociedade observada.

Para Marcellino, lazer pode ser entendido como:

[...] a cultura — compreendida no seu sentido mais amplo — vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (1998, p. 31).

A escolha, porém, pressupõe o conhecimento e o acesso às diversas opções da prática do lazer que, em sua maioria, necessita de um espaço, e, nesse ponto, é o próprio Marcellino (1996a) quem admite ser esse um privilégio de poucos. Ele explica que a maioria das cidades brasileiras não conta ainda com um número suficiente de “equipamentos específicos”, especialmente concebidos para a prática do lazer. E mesmo existindo tais espaços, muitas vezes são pouco ou mal-utilizados, carecendo, primordialmente, segundo o autor, de um trabalho de recuperação, adaptação e revitalização, que os transformem em locais atraentes e “animados” para o lazer.

Essa preocupação de Marcellino (1996a) está presente nos documentos “Programa de Governo” e “Treze Pontos para o Esporte e Lazer em MS”, os quais apontam não só para quantidade, mas também para a qualidade que os equipamentos públicos de lazer precisam oferecer em uma política que considere o tema do lazer como essencial na construção da cidadania plena e, dessa forma, como um direito social.

Implantar políticas públicas com relação aos espaços e equipamentos de esportes e lazer, não só no que diz respeito ao número e à qualidade, mas dando atenção aos valores culturais de cada região e compreendendo a especificidade de cada classe social, sem deixar de levar em conta a opinião da comunidade (MOVIMENTO MUDA MS, 1998a, p. 39).

No que diz respeito a políticas públicas de lazer e sua ocorrência no Brasil, Marcellino (1996b) afirma que a importância e a presença cada vez maior do tempo para o lazer na vida da população brasileira não estão sendo acompanhadas, como deveriam, pela elaboração de

políticas públicas em sintonia com as expectativas das comunidades e suas demandas específicas. O autor defende que uma política pública de lazer não deve estar baseada em campanhas nacionais, utilizando-se de temas pontuais ou da elaboração de documentos distanciados da realidade dos poderes executivos, quando não passam, muitas vezes, do campo das intenções, justamente por não apresentarem condições orçamentárias, técnicas ou administrativas para serem colocadas em prática com alguma chance de êxito.

É indispensável, por parte dos administradores públicos, sejam eles do município, do estado ou da União, uma visão ampla do que seja lazer, tal como demonstraram, entre outros, Dumazedier e Marcellino. As análises e reflexões como as desses autores deveriam servir de referência para legisladores e governantes que se declaram comprometidos com o lazer e sua influência na vida da população.

Com relação à possibilidade de “escolha” pelo lazer, a despeito da existência ou não de espaços públicos destinados a essa atividade, a questão do direito ao “tempo livre” ou “tempo disponível” é para alguns autores o elemento fundamental de toda a discussão acerca do lazer. Para Antunes (2001), a luta pela diminuição da jornada de trabalho configura-se desde o advento do capitalismo, como central na ação dos trabalhadores. Tal reivindicação, além de importante mecanismo para tentar minimizar o desemprego estrutural que atinge hoje um grande número de trabalhadores, se verificada em longo prazo, permite uma reflexão profunda sobre o tempo do trabalho e o tempo de vida, viabilizando o surgimento de um tempo dotado de significado fora do trabalho. “[...] uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho.” (ANTUNES, 2001, p. 22).

Contudo Antunes adverte que:

Essa luta pelo direito ao trabalho em tempo reduzido e pela ampliação do tempo fora do trabalho (o chamado tempo livre), deve estar intimamente

articulada à luta contra o sistema de metabolismo social do capital que converte o tempo livre em tempo de consumo para o capital, no qual o indivíduo é impelido a capacitar-se para melhor competir no mercado de trabalho, ou ainda a exaurir-se num consumo coisificado e fetichizado, inteiramente desprovido de sentido (2001, p.24).

Rolnik (2000) trata da relação entre lazer e espaço urbano, e faz uma pergunta: a cidade possibilita ou impede a fruição do tempo disponível? Para a autora, as cidades se transformaram em lugares inóspitos, onde o espaço público quase sempre se resume a vias de acesso. O lazer, que deveria encontrar na cidade como um todo, um espaço para desenvolver seu papel como instrumento antiexclusão, está restrito a espaços e tempos determinados. Isso, segundo a autora, agrava-se pelo fato de as pessoas não viverem o lazer de forma abrangente, como uma idéia de prazer presente em todos os momentos, inclusive naqueles destinados ao trabalho ou às atividades necessárias para a sobrevivência. Defende a idéia de um lazer que se identifique com a cidade, com funções pessoais e sociais, identificado com a dimensão pública do espaço urbano. O lazer passaria, então, a ser componente primordial da denominada “qualidade de vida”, tão falada e almejada por todos.

Com a vitória no processo eleitoral, de outubro de 1998, do “Movimento Muda MS”, foi implantada a proposta do Governo Popular de MS, no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Com suas bases ideológicas e posicionando-se como um governo do campo progressista, percebe-se, naquele momento, preocupação com ações de caráter democrático-popular.

Em meados de 2002, depois de quase quatro anos da vitória das propostas difundidas no “Programa de Governo Muda MS” (1998a), mais uma vez a coordenação da campanha eleitoral, visando às eleições de outubro de 2002, convida profissionais com experiência nos

temas que comporiam o Programa de Governo da frente de partidos⁵ que integravam o “Movimento o Novo Mato Grosso do Sul” com o objetivo de elaborar propostas para um possível segundo mandato do governo eleito em 1998, o Governo Popular. Diferente da vez anterior, quando alguns poucos professores universitários, na sua maioria professores de Educação Física, discutiram o processo de elaboração das propostas, nesta oportunidade o grupo passou a receber adesões de vários segmentos da sociedade. Clubes, federações esportivas, associações comunitárias, organizações não-governamentais (ONGs) entre outros perceberam a importância de participar e elaborar um documento que foi chamado de “Programa de Governo para o Novo Mato Grosso do Sul” (MOVIMENTO..., 2002). Como não poderia deixar de ser, o documento trazia textos dos mais variados temas. A parte relativa ao lazer foi marcada por propostas que pudessem dar continuidade a um trabalho que já se desenvolvia há quase quatro anos, como se observa a preocupação explícita no Programa :

O Governo Popular continuará a dar ênfase à solidariedade, à cooperação, à participação e à construção coletiva de novas e variadas formas de expressões lúdicas e esportivas, sendo que a nossa ação se manterá voltada para uma política de esporte e lazer que busque alcançar a todos, sem distinções, respeitando as peculiaridades regionais e culturais. Com a finalidade de consolidar o direito ao lazer e o esporte para toda a população do Estado (MOVIMENTO..., 2002, p. 96).

Assim como o Programa de 1998, o documento de 2002 também mostrava grande interesse nos equipamentos públicos e projetos sociais, quais sejam:

Ampliar as políticas públicas para os espaços e equipamentos de esporte e lazer, considerando a aquisição, a construção e a manutenção a partir das necessidades levantadas em cada comunidade (MOVIMENTO..., 2002, p. 97).

Fomentar projetos contínuos com relevância social, para favorecer o envolvimento mais duradouro dos participantes com vistas ao

⁵ Partidos que integraram o “Movimento o Novo Mato Grosso do Sul”, em 2002: PT; Partido Liberal (PL); Partido Social Trabalhista (PSL); PTN; PC do B; Partido Social Democrático (PSD); Partido Social Cristão (PSC); Partido Social Democrata Cristão (PSDC).

desenvolvimento individual e da comunidade (MOVIMENTO..., 2002, p. 98).

O caráter abrangente do lazer possibilita o surgimento de diversos valores comumente atribuídos a ele, presentes nas diferentes abordagens teóricas e interpretações de autores da área.

Marcellino (1998) aponta a existência de quatro abordagens “funcionalistas” do lazer, sendo elas: “romântica”, marcada pela ênfase nos valores da sociedade tradicional e pela nostalgia do passado; “moralista”, motivada pelo caráter ambíguo do lazer; “compensatória”, na qual o lazer compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho, e “utilitarista”, que atribui ao lazer a função de recuperação da força de trabalho, ou utiliza-o como instrumento para seu desenvolvimento. Para o autor, essa visão funcionalista é altamente conservadora e busca, sobretudo, a “paz social” e a manutenção do *status quo*, procurando, às vezes, mascarar essa intenção por meio de um falso humanismo. Marcellino contrapõe-se a esta visão entendendo o lazer como: “um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente” (1998, p. 40).

Entendida como fenômeno histórico e socialmente construído, a política pública de lazer deve ser formulada e implementada no sentido de possibilitar a participação dos usuários no controle e avaliação dos seus resultados. Essa perspectiva está presente nos documentos analisados:

Estimular a descentralização da gestão de políticas de esporte e lazer, ampliando a participação popular, criando fóruns de debates e reflexões para aperfeiçoar os mecanismos de discussão, deliberação, monitoramento, controle e avaliação da administração pública no setor do esporte, lazer e educação física (MOVIMENTO..., 2002, p. 97).

Magnani (1984), quando analisa o lazer vivenciado pelas populações da periferia da cidade de São Paulo, ressenete-se da postura de alguns teóricos que acham que há coisas mais sérias a serem pesquisadas como o trabalho e a política. Encaram o estudo do lazer como algo supérfluo e de importância duvidosa por ser usado freqüentemente como instrumento ideológico.⁶ Para o autor, o lazer constitui o lado mais agradável e descontraído da rotina semanal dos trabalhadores das grandes cidades brasileiras, que sempre encontram disposição, tempo e alguns trocados para desfrutarem desses escassos momentos. Magnani (1984) admite não ser o lazer vivido na periferia de cidades, como São Paulo, o idealmente associado ao estilo de vida operário, porém, para ele, embora pobres, pouco originais ou autênticas, formas de diversão, como bailes, circo, partidas de futebol, festas de aniversário ou casamento, podem constituir uma via de acesso ao conhecimento de valores, da maneira de pensar, e do modo de vida dos trabalhadores. Sendo este o “universo” real encontrado nas áreas mais carentes das grandes cidades, Magnani (1984) propõe que os pesquisadores, como os antropólogos, diante de costumes e ritos exóticos, deixem de lado a postura etnocêntrica e passem a observá-lo de perto em seu próprio contexto, tentando compreender seus significados para aqueles que o vivenciam. Magnani (1984) insiste afirmando que, quando partimos da análise das formas de entretenimento com as quais a população preenche seu tempo de lazer nos bairros da periferia, enriquecemos a compreensão de seus valores, modo de pensar e agir. O autor acredita ser o tempo do lazer regido por uma lógica distinta daquela que rege o tempo do trabalho. O espaço ocupado pela vida familiar, o bairro e as diferentes formas de entretenimento e cultura popular é aberto ao exercício de uma certa criatividade. Essa criatividade, porém, é relativa, já que seu exercício é determinado e limitado por uma série de fatores estruturais que constituem a rede de relações sociais, políticas e econômicas em que os trabalhadores estão imersos, influenciando a maneira de pensar, agir e

⁶ Não é difícil encontrar, principalmente por governos, o lazer sendo usado como forma de alienação da população usuária.

falar, e também na maneira como se situar perante outros grupos e instituições sociais. Esse espaço do lazer, do qual nos fala o autor, é visto por ele como centro de reprodução do imaginário popular, depositário de aspirações adiadas e a cada dia renovadas. O mesmo autor (1984) em seus estudos do lazer nas periferias das cidades mostra a necessidade cada vez mais presente de políticas públicas de lazer que sejam pensadas e executadas no local onde se encontra o cidadão, ou seja, na própria periferia.

Arantes (1993), em estudo que também trata do lazer na cidade de São Paulo, divide lazer em doméstico e social. O primeiro é aquele realizado em âmbito doméstico, com maior grau de privacidade e mais à esfera do indivíduo. Ocorre mais comumente no tempo livre, “durante a semana”. O segundo acontece nos finais de semana, tempo em que predominam os encontros com parentes e amigos, frequência a clubes, idas ao cinema e ao teatro, entre outras atividades fora de casa. É associado mais claramente, conforme o autor, ao uso de espaços e equipamentos públicos. Também é um tempo que privilegia a intensificação das sociabilidades, voltando-se a círculos sociais mais amplos do que o grupo doméstico. O autor identifica, em sua pesquisa, a estratificação social presente na posse e uso de certos equipamentos que indicam estilos de vida diferenciados, tanto no lazer doméstico quanto no lazer social, contudo, acredita existirem outros elementos determinantes na construção do tempo disponível além de fatores econômicos, estando entre eles, gênero e idade. Com isso, procura demonstrar que embora a segmentação do tempo se dê principalmente em função do trabalho e da produção, e que a inserção no processo produtivo restrinja o acesso dos sujeitos a recursos básicos do ponto de vista do consumo cultural, esse fator por si só não produz grupos sociais homogêneos em estilos de vida, gostos e no modo como fazem uso do seu tempo disponível. Arantes (1993) defende, também, a idéia de que as atividades de lazer possuem um caráter intersticial, possibilitando, além da prática em si, a realização de expectativas de prazer, de liberdade e de desenvolvimento

peçoal. Com isso, atribui ao lazer uma outra característica que seria a de contribuir para a formação de sujeitos mais críticos, capazes, talvez, de atuarem como agentes de uma reconstrução das relações sociais e dos padrões de comportamento. Arantes (1993) é outro autor que tem parte de seu pensamento embutido nas propostas apresentadas nos documentos até aqui analisados.

Depois de apresentarmos um pouco da história de como foi pensada a política de lazer em MS, no período de 1998 a 2002, vimos alguns dos principais conceitos que serão abordados por este trabalho. Passaremos a seguir a falar um pouco de como essa política foi construída, ou seja, passou de proposta de campanha para projetos efetivos de governo.

1.2 Uma política pública democrática de lazer em construção

No item anterior tivemos a preocupação em demonstrar como a política pública de lazer em MS foi pensada como proposta das forças políticas que almejavam o poder. Neste item, o esforço se concentra no sentido de analisar de que forma essa política se efetiva, com a vitória, nas eleições estaduais de 1998 do Governo Popular de MS.

Todos as reflexões sobre o tema lazer, analisados no item anterior, e os subseqüentes escritos precisam ser colocados em prática. A equipe nomeada foi formada, em sua essência, pelas mesmas pessoas que pensaram e escreveram o programa do Partido, já citado. Principalmente por esse motivo, toda a base de política de lazer implantada pelo governo naquele momento foi norteadada pelos documentos elaborados no período pré-eleitoral.

Em 1999 dá-se início o Governo Popular, nome como ficou conhecido o governo eleito em outubro de 1998, e com ele a preocupação com ações que fossem prioritariamente

democráticas. Logo, essa preocupação também se fez presente na construção das políticas de lazer. Em análises anteriores, o autor desta dissertação assim explicava o governo que se instalava na época:

Em 1999, o Estado passou a ser governado por um integrante do Partido dos Trabalhadores, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, que, mesmo mantendo a estrutura das unidades ligadas ao esporte e ao lazer, propôs uma administração diferenciada na qual os ideais pretendem proporcionar o acesso da população às atividades esportivas e de lazer, como forma de ocupação do tempo disponível, implantando políticas públicas que valorizem e respeitem a cultura de cada região, sem deixar de levar em conta a opinião da comunidade (TERRA, 2001, p. 176-177).

Ao longo dos quatro primeiros anos de governo, todo o esforço foi direcionado na elaboração de programas e projetos que pudessem efetivar ações concretas na área do lazer em todas as regiões de Mato Grosso do Sul, atendendo o maior número possível de cidadãos, principalmente aqueles de baixo poder aquisitivo. Essas ações foram idealizadas pela Fundação de Desporto e Lazer de MS (FUNDESPORTE), órgão responsável, naquele momento,⁷ pela gestão de políticas públicas de esporte e lazer em MS. Alguns documentos registraram essas propostas, destacando-se dois deles: o “Plano de Desenvolvimento e Popularização do Esporte e Lazer de MS – 2000” (MATO GROSSO DO SUL, 2000) e o “Plano Estratégico 2001” (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

O “Plano de Desenvolvimento e Popularização do Esporte e Lazer de MS” apresentava, em seu bojo, indicações claras de uma administração que pretendia, pelo menos em tese, desenvolver ações democráticas e populares. Um dos objetivos gerais do “Plano” ficou assim definido:

⁷ A FUNDESPORTE foi criada em 1990, no governo de Pedro Pedrossian (PTB), como fundação vinculada à Secretaria de Estado de Educação. Com a ampliação de seus trabalhos e a importância que adquiriu na estrutura administrativa, o Governo Popular, em abril de 2004, criou a Secretaria de Juventude e do Esporte e Lazer, que passou a gerir a política de Esporte e Lazer de Mato Grosso do Sul, ficando a FUNDESPORTE com a atribuição de executar a política de esporte e lazer.

Encontrar formas concretas para democratizar os espaços e equipamentos esportivos e de lazer ampliando e melhorando o nível de participação popular, visando a promoção do Esporte, da Cultura Corporal e do Lazer, buscando a saúde e o bem estar social do cidadão (PLANO..., 2000, p. 5).

Uma das ações empreendidas pelo Executivo Estadual naquele momento, no intuito de descentralizar as ações administrativas e facilitar o acesso das populações às decisões governamentais, foi repassar por meio de decreto legislativo⁸ todos os espaços esportivos pertencentes ao Governo Estadual para as prefeituras municipais. Desta forma, o Governo Estadual iniciou um novo modelo de gestão esportiva no qual as prefeituras municipais atuariam como executoras da política pública de esporte e lazer, cabendo ao Governo do Estado a função de indutor dessa política.

Outra preocupação do documento era o entendimento do lazer como direito social.

Em síntese, o Programa Cidadão em Ação reafirma o compromisso do governo Popular de Mato Grosso do Sul em promover e concretizar ações onde as classes trabalhadoras desfrutem do Esporte e do Lazer como um direito social, apropriando-se e valorizando suas manifestações de forma crítica e independente (PLANO..., 2000, p. 5).

Um dos conceitos implícitos nos documentos do Governo Popular é o de democracia, posto que as propostas, para todos os setores da vida em sociedade, assentavam-se nas idéias de participação, direitos sociais, descentralização, entre outros, como pressupostos de seu governo.

No sentido etimológico da palavra, democracia significa o “governo do povo” ou o “governo da maioria”. Já na Antigüidade grega, democracia era uma forma de governo, assim como monarquia “governo de um só” e aristocracia “governo de alguns”. Entretanto, só mais recentemente o termo democracia ganha significados mais abrangentes. Conforme Maar,

⁸ Autorização aprovada pela Assembléia Legislativa Estadual que dá poderes ao Governo do Estado tomar decisões sobre o assunto específico que trata a autorização.

A democracia, longe de se esgotar nos fins, já precisa se apresentar nos meios. A tão difundida idéia de que há necessidade de juntar esforços, apagando diferenças, para realizar metas em que a diversidade possa, enfim, se desfraldar, no respeito aos interesses da individualidade, adquire uma nova confrontação. A reunião num coletivo de individualidades diferentes precisa assentar no respeito à diversidade dos interesses isolados. Cria-se assim uma nova dimensão social, em que a diversidade apresenta-se numa prática política que relativiza as arestas mais ásperas do confronto de interesses, na medida em que as consciências se transformam, e com elas os próprios objetivos individuais. A democracia passa a se interiorizar como uma conduta pessoal, de modo que as escolhas pessoais possam encontrar-se com as escolhas políticas. (1982, p. 24-25).

De acordo com Rosenfield,

A democracia moderna ganhará um novo rosto, inaugurando um novo sentido do político, ao determinar-se por um espaço público de discussão, de luta, de negociação e de diálogo. A reunião de todos aqueles que constituem a sociedade numa forma de organização política aberta ao seu aperfeiçoamento dá aos cidadãos um novo sentido da comunidade, não excluindo ninguém, por princípio, dos assuntos públicos. (1994, p.31-32)

Essas características devem estar presentes naquilo que Vieira definiu como “sociedade democrática”, ou seja, “[...] aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões” (1992, p. 13).

Entendemos serem esses conceitos discutidos por Maar (1982), Rosenfield (1994) e Vieira (1992) as idéias-chave que sustentam os documentos aqui analisados e que podem iluminar o objeto de estudo desta dissertação. Em outras palavras, significa afirmar que os conceitos de governo democrático, sociedade democrática, entre outros, compreendidos à luz deste referencial teórico, fundamentam as análises da política de esporte e lazer do Governo Popular de Mato Grosso do Sul.

Nessa perspectiva, o segundo documento, que nos pareceu ser mais importante daquele período, foi o “Plano Estratégico 2001”.

Bem mais abrangente que o primeiro, esse documento apresenta em seu conteúdo, além de alguns princípios, eixos de atuação, diretrizes e ações estratégicas, o estabelecimento de metas claras a serem realizadas até dezembro de 2002. Demonstra, também, pela primeira vez, um conjunto de programas e projetos inter-relacionados que aponta para a noção de política integrada e não de ações isoladas:

Com a experiência acumulada nos anos de 1999 e 2000, foi possível definir com clareza os princípios, os eixos de atuação, a missão, a visão, as diretrizes, as ações estratégicas, os programas e projetos estruturantes para os anos de 2001 e 2002, sempre tendo como balizadores as marcas do Governo Popular que possuem estreita ligação com a Fundesporte: Inclusão Social e Participação Popular (PLANO ESTRATÉGICO, 2001, p. 3).

Assim como o “Plano de Desenvolvimento e Popularização do Esporte e Lazer de MS” indicava o compromisso em realizar ações com a participação popular, o “Plano Estratégico” também revelava essa preocupação, como observamos a seguir:

O modelo de gestão das políticas sociais em esporte e lazer que permeia a atuação da Fundação está centrado na **administração participativa** enquanto primeiro princípio, pois favorece a reflexão e a coesão dos grupos sociais onde afloram, com maior consistência, reivindicações e soluções para problemas individuais e coletivos (grifo do documento). **Incluir a população no processo decisório é ver a sociedade civil como parceira e co-responsável** pelas ações do Estado que se encontra, por sua vez, comprometido com os processos de emancipação desta mesma sociedade. Por outro lado, a participação como acesso aos bens culturais e no processo de produção desses bens, indica prioridades em investimentos no esporte e lazer como conteúdos das políticas sociais, por ser um direito do cidadão e um indicador da qualidade de vida de um povo (PLANO ESTRATÉGICO, 2001, p. 4, grifo nosso).

Da mesma forma, como na maioria dos outros documentos aqui citados, o “Plano Estratégico” mostrava indicações quanto à implantação de equipamentos públicos de qualidade que dessem oportunidade de lazer para a população.

Implantar políticas públicas com relação aos espaços e equipamentos de esporte e lazer, não só no que diz respeito ao número e à qualidade, mas dando atenção aos valores culturais de cada região e compreendendo a especificidade de cada classe social, sem deixar de levar em conta a opinião da comunidade, na elaboração de programas de esporte e lazer comunitário (PLANO ESTRATÉGICO, 2001, p. 8).

São esses dois documentos que oferecem todo o alicerce de política pública de lazer em MS no período de 1999 e 2002, mostrando algumas mudanças de rumo que se consolidarão ainda mais nos anos subseqüentes.

Em janeiro de 2003, com a reeleição do Governo Popular de MS ocorrida no final do ano anterior, começou a segunda fase do projeto vitorioso em 1998. Nesse momento, depois de quatro anos de experiências e possibilidade de ter tido contato com algumas das melhores administrações municipais e estaduais de esporte e lazer, o Governo Popular proporcionou à FUNDESORTE condições concretas de avaliar sua atuação e realizar as mudanças necessárias na direção de uma política de esporte e lazer cada vez mais voltada para os interesses da população. Outro ponto relevante para a tomada de decisões, nesses primeiros quatro anos de administração, foi o contato com estudiosos de várias partes do país, que trouxeram contribuições importantes para o que era feito em MS.

Nessa fase, a análise de dois documentos é fundamental para se compreender a política de lazer que vinha sendo implantada no estado de Mato Grosso do Sul: o “Plano de Consolidação e Modernização do Esporte e Lazer em Mato Grosso do Sul – 2003” (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO..., 2003) e da Lei nº 2.704, de 11 de novembro de 2003, que instituiu a “Política Estadual para o Esporte e Lazer” (MATO GROSSO DO SUL, 2003).

Assim como em outras áreas, a principal determinação era a de aprofundar e consolidar os projetos em andamento construídos nos quatro primeiros anos de administração. Desta forma,

no início de 2003, a FUNDESPORTE lançou o “Plano de Consolidação e Modernização do Esporte e Lazer em Mato Grosso do Sul”. Observemos um dos trechos do Plano:

Nesse início de 2003, com o projeto político de nosso Governo novamente avalizado pela população sul-mato-grossense, temos a chance de aprofundarmos e consolidarmos nosso trabalho, e, nesse sentido, apresentamos o **Plano de Consolidação e Modernização do Esporte e Lazer em MS** (grifo do documento) que orientará nossas ações nesses próximos quatro anos, sempre na observância e no compromisso com as diretrizes traçadas pelo Governo Popular para a Gestão 2003 a 2006, através dos três objetivos: **Indução ao Desenvolvimento, Construção da Cidadania e Democratização e Modernização da Gestão** (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO..., 2003, p. 1, grifo nosso).

Alguns temas se mostram, neste documento, recorrentes em relação aos dois anos da primeira gestão do governo. Sem dúvida, daqueles que nos parecem um dos mais relevantes é o da participação popular no processo de decisão administrativa. O Plano mostra claramente isso em um dos seus parágrafos:

O modelo de gestão da Política Pública Estadual de Esporte e Lazer que orienta a atuação da Fundação está centrado na **administração participativa** que favorece a reflexão e a coesão dos grupos sociais em que afloram, com maior consistência, reivindicações e soluções para os problemas da coletividade (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO..., 2003, p. 1).

Outro tema recorrente é o da Rede Comunitária⁹ que se deslocou de um simples projeto nos documentos do primeiro governo para uma estratégia de atuação da FUNDESPORTE no início do segundo mandato. A Rede Comunitária no Plano de Consolidação e Modernização do Esporte e Lazer em MS está assim apresentada:

⁹ Rede Comunitária, no primeiro mandato, era considerado um projeto de ação indireta e que oferecia apoio aos projetos de ação direta. No início do segundo mandato assumiu uma função mais estratégica, servindo como principal suporte logístico de relação FUNDESPORTE/sociedade. Com a divisão do estado em onze regiões, suas lideranças organizavam e qualificavam, democraticamente, as demandas de esporte e lazer de cada município dessas regiões, que, em seguida, eram discutidas com a FUNDESPORTE, no sentido de verificar as possibilidades de implantação.

A **Rede Comunitária** é o principal suporte logístico para o êxito das parcerias e o principal canal de comunicação entre sociedade e a Fundesporte ao localizar, organizar e qualificar democraticamente as demandas dos municípios, além de ser o meio pelo qual a comunidade proponha projetos de maior alcance e apelo social (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO..., 2003, p. 12, grifo do documento).

Ainda no ano de 2003, mais precisamente no mês de novembro, foi aprovado pela Assembléia Legislativa, o principal documento norteador da política pública de esporte e lazer de Mato Grosso do Sul: a Lei nº 2.704/2003, que instituiu a Política Estadual para o Esporte e Lazer.

Durante quase dois anos (2002 a 2003), inúmeros debates organizados em forma de encontros regionais aconteceram por todo o estado de Mato Grosso do Sul. Esses encontros, realizados pelo governo estadual, tiveram a responsabilidade de ouvir os variados segmentos que de alguma forma atuavam na política de esporte e lazer; subsídios eram colhidos com o intuito de elaborar um documento inicial que pudesse servir de base ao projeto de lei que seria enviado pelo poder executivo ao legislativo estadual. Depois dos encontros regionais ocorreram ainda dois encontros estaduais e por fim um seminário de sistematização para fechamento do documento final. Após ser enquadrado no formato de projeto de lei, finalmente o documento foi enviado à Assembléia Legislativa para apreciação dos deputados estaduais. No dia 11 de novembro de 2003 foi aprovada a Lei nº 2.704, que instituiu a Política Estadual para o Esporte e Lazer (MATO GROSSO DO SUL, 2003).

Essa Lei, com base em seus princípios, demonstra uma clara preocupação com temas que o governo já vinha tratando ao longo dos últimos anos. Democratização, participação e descentralização são alguns de seus temas recorrentes na lei. O art. 2º da referida Lei trata dos seguintes princípios:

Art. 2º A Política Estadual para o Esporte e Lazer tem por objetivo o acesso aos programas e projetos esportivos e de lazer, promoção de cursos de qualificação voltados ao aperfeiçoamento de recursos humanos

e desenvolvimento técnico das entidades de administração e prática esportiva, atendendo aos seguintes princípios:

I – ética: construída de ações firmadas em fundamentos filosóficos e no conhecimento científico, comprometidas com o desenvolvimento pleno da sociedade;

II – educação: voltada ao desenvolvimento pleno do cidadão, como ser autônomo e participante, priorizando a aplicação de recursos públicos ao esporte educacionais;

III – humanização: caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes, entendendo o homem como sujeito de toda ação;

IV – descentralização: baseada na autogestão e autonomia sendo responsável pelas tomadas de decisões administrativas, na busca de soluções fundamentais nas próprias necessidades, para a resolução de problemas existentes; respeitadas as diferenças dos níveis organizacionais;

V – direito de participação: expresso pela livre prática do esporte e do lazer, nas atividades formais e não-formais, conforme o interesse de cada um;

IV – universalidade e democratização: asseguradas por ações que priorizem atuações coletivas, garantindo a inclusão e considerando os recursos exigidos sem quaisquer distinção ou discriminação;

VII – autonomia: definida pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática esportiva e de lazer;

VIII – economicidade: considerando programas e projetos que aproveitem a infra-estrutura, recursos humanos ou dê continuidade a ações pré-existentis;

IX – indução à geração da atividade econômica e visibilidade pública: caracterizada por ações que estimulem o *trade* turístico no Estado, constituindo-se atrativo às pessoas de outras unidades da federação na participação e acompanhamento de eventos esportivos e de lazer, e também encontradas em programas ou projetos que promovam a geração de empregos nos setores produtivos da sociedade em caráter permanente ou temporário, induzindo o crescimento da atividade econômica (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 1).

Outro ponto que nos parece importante, no corpo da lei, diz respeito aos instrumentos da Política Estadual para o Esporte e Lazer. O Fundo de Investimentos Esportivos (FIE/MS)¹⁰ e a preocupação em realizar parcerias com segmentos organizados da sociedade são alguns desses instrumentos. O Capítulo 5 da Lei trata sobre o Sistema Estadual de Esporte e Lazer que, além de apresentar na sua seção I quais as entidades que fazem parte do Sistema, traz as “manifestações do esporte”.¹¹

¹⁰ Fundo criado pelo Governo Popular, em 11 de setembro de 2001, que tem recursos previstos no Orçamento Geral do Estado e é destinado a apoiar financeiramente investimentos na execução de programas e projetos de caráter esportivo e de lazer.

¹¹ Termo utilizado pela lei Pelé (Lei Federal nº 9.615, de 24 de março de 1998) para dividir o esporte em: rendimento, educacional e participação.

Nas disposições finais, mais uma vez a Lei mostra sua intenção de incentivar ações de caráter eminentemente participativo:

Art. 16. O Estado incentivará a descentralização do processo de tomada de decisões e as ações, assim democratizadas, propiciarão oportunidade de acesso a toda a população, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e promover a participação comunitária (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 7).

Como podemos observar, todos os documentos apresentados e analisados revelam uma concepção de “política” na ótica da participação. O termo política é utilizado há muito tempo com vários significados. Desta forma, torna-se importante não esgotar o assunto, mas analisarmos alguns desses significados, deixando claros aqueles que sustentarão esta pesquisa.

Para conhecermos a origem da palavra, recorreremos aos filósofos gregos. Aristóteles, filósofo que viveu em Atenas no quarto século antes de Cristo, tem em sua obra Política um marco importante para um entendimento inicial do termo política. Dallari analisa o pensamento grego, em especial do filósofo Aristóteles sobre política:

Os gregos davam o nome de *polis* à cidade, isto é, ao lugar onde as pessoas viviam juntas. E Aristóteles diz que o homem é um animal político, porque nenhum ser humano vive sozinho e todos precisam da companhia de outros. A própria natureza dos seres humanos é que exige que ninguém viva sozinho. Assim sendo, “política” se refere à vida na *polis*, ou seja, à vida em comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre todos esses pontos (DALLARI, 2004, p. 8).

Maar (1982) faz referência não só à Grécia, mas também à Pérsia e ao Egito, mostrando as diferenças e semelhanças do termo política nesses países de civilização antiga. Segundo Maar:

O termo “política” foi cunhado a partir da atividade social desenvolvida pelos homens da *polis*, a “cidade-Estado” grega. Em outros locais, como na Pérsia ou no Egito, a atividade política seria a do governo, que comandava autocraticamente o coletivo em direção a certos objetivos: as

guerras, as edificações públicas, a pacificação interna. Na Grécia, ao lado destas atribuições do soberano, a atividade política desenvolver-se-ia como cimento da própria vida social. O que a política grega acrescenta aos outros Estados é a referência à cidade, ao coletivo da *pólis* — e o prefixo *póli* possui este sentido, que corresponde ao *multi* latino (1982, p. 31).

Para Maar (1982), dentre a multiplicidade de facetas que a palavra política encarna, uma delas possui uma certa unanimidade: a política institucional. Aquelas que dizem respeito de alguma forma ao aspecto institucional da política são: o espaço onde ela se realiza, pessoas e atividades ligadas a ela. Por exemplo, em um comício, o discurso de um deputado ou vereador, um partido político ou mesmo o voto de um eleitor são considerados por Maar assuntos fortemente reconhecidos como políticos.

Não obstante existem outros modos de analisar a palavra política. Quando nos referimos à política da Igreja, dos sindicatos ou mesmo da política feminista, sem dúvida, também estamos tratando de temas ligados ao termo política. Além disso, existem autores que reconhecem que política é toda ação organizada de pessoas de uma sociedade. Maar mais uma vez nos mostra seus pensamentos sobre o tema:

Através dela se forma um espaço de presença da política no cotidiano e se abre um terreno à participação política fora do âmbito restrito do exercício do governo. Esta forma de entender a atividade política como uma experiência que se reflete na vida pessoal, harmonizando-a com o coletivo (1982, p. 32).

O referido autor também apresenta o significado concreto e mais imediato da política transformação do “mundo objetivo”, no presente:

Assim as próprias propostas políticas são repensadas em cima do que elas têm a oferecer já, aqui e agora. Em termos que lhes conferem um significado humano imediato real, sem que isto signifique o abandono de perspectivas mediatas para o futuro como metas necessárias (MAAR, 1982, p. 22).

Por fim, outro ponto que merece ser abordado é o preconceito que a sociedade brasileira tem com esse assunto, e os que tratam dele. Aqui não entendemos política da forma como foi constituída ao longo dos tempos pela elite brasileira ou pelos políticos tradicionais, cuja política é sempre marcada por atitudes ilícitas e emaranhados de corrupção e que por ser extremamente complexa precisa ser exercida exclusivamente por especialistas: os políticos.

1.3 Apresentando o Centro Popular no contexto de uma política pública democrática de lazer

Neste item apresentamos e analisamos um dos mais importantes projetos de lazer comunitário executado pelo Governo Popular de MS: o Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer.

Como verificado nos itens anteriores, um dos principais pontos recorrentes, tanto nas propostas de campanha eleitoral como nos planos de governo, era a necessidade de implantação de equipamentos públicos de lazer, nas periferias das cidades em MS, que pudessem oferecer a prática de lazer em vários de seus “conteúdos culturais”,¹² principalmente à parcela da população que não dispunha de acesso a esses bens culturais.

O projeto inicial elaborado pela FUNDESPORTE foi dividido em duas etapas. A primeira, já em funcionamento, previa a construção de dois grandes equipamentos de lazer, um em cada uma das maiores e mais populosas regiões de Campo Grande. Já a segunda etapa, em fase de construção, propunha mais cinco equipamentos nos mesmos moldes dos primeiros, dois em outras grandes regiões de Campo Grande. Desta forma, os quatro Centros Populares de

¹² Conteúdos culturais: termo dado por Jofre Dumazedier (1980) às seguintes formas do lazer: físico-esportivo, intelectuais, sociais, manuais e artísticas.

Campo Grande, depois de estarem em funcionamento, atenderiam as quatro maiores e mais populosas regiões periféricas da cidade e outros três em cidades do interior com grande população: Dourados, Corumbá e Ponta Porã. Essas quatro cidades, escolhidas estrategicamente pelo governo, estão entre as cinco maiores do estado e, juntas, somam cerca de 60% de toda a população de MS.

Em nossa pesquisa analisamos o Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer, localizado na região do Aero Rancho, em Campo Grande, MS, bem como o projeto de lazer comunitário que está sendo realizado em suas dependências. A idéia da construção desse equipamento foi o de utilizá-lo como “equipamento laboratório”, em que tanto sua arquitetura como os projetos que lá fossem desenvolvidos pudessem servir como experiência-piloto para a implantação de outros projetos semelhantes em Mato Grosso do Sul.

O Aero Rancho fica na Região Urbana do Anhanduizinho,¹³ uma das sete regiões urbanas que a cidade de Campo Grande foi dividida. A região do Aero Rancho, por sua vez, é formada pelos bairros: Loteamento Aero Rancho, Conjunto Habitacional Jardim das Hortências, Loteamento Guanandi II e Conjunto Habitacional Aero Rancho. Este é o local exato onde se encontra o Centro Popular.

Formado basicamente por conjuntos habitacionais populares, a região do Aero Rancho surgiu em 1976 com o registro na Prefeitura Municipal de Campo Grande do Loteamento Aero Rancho. A área era formada por, aproximadamente, 7.000 lotes, porém, totalmente desprovida de infra-estrutura básica. Somente a partir de 1996, com a conclusão da construção do Conjunto Habitacional Aero Rancho, a região tornou-se mais populosa, atraindo para lá principalmente famílias de baixa renda, em virtude dos baixos valores financeiros tanto das casas quanto dos terrenos. Hoje, mesmo já possuindo uma razoável infra-estrutura urbana, a região conta, além de

¹³ Região periférica da cidade de Campo Grande que concentra população de baixo poder aquisitivo.

alguns poucos “campinhos de futebol”, apenas como área de lazer o Parque Olímpico Ayrton Senna, tornando-se desta forma espaço de grande importância para a população local.

Até 1994, os equipamentos públicos de lazer existentes no Aero Rancho se resumiam a cerca de quatro campos de futebol espalhados pela região. Segundo informação de moradores mais antigos, esses campos eram insuficientes e não possuíam as condições desejadas para a prática da modalidade. Naquela época, surgiu a idéia da construção do Parque Olímpico Ayrton Senna que, no primeiro momento, seria chamado de Parque Olímpico do Trabalhador. Com o falecimento do piloto de Fórmula I Ayrton Senna foi realizada uma enquete com os moradores da região, que optaram pela alteração do nome e pela homenagem ao piloto. Com efeito, em dezembro de 1994, o Governo Estadual inaugurou o “Parque Ayrton Senna” como é até hoje conhecido.

Porém, por ter sido inaugurado de forma inacabada, somente em 1º de maio de 1996, depois de inúmeros movimentos reivindicatórios, é que finalmente o Parque começou a ser utilizado pela população. Com a sua reinauguração, o Parque passou a ser administrado pela Fundação 3º Milênio Natureza Viva¹⁴, que iniciou uma relação de aproximação com a comunidade; esse fato estimulou a criação da Associação dos Amigos e Usuários do Parque Ayrton Senna (ACAUPAS)¹⁵ que se mantém em atividade até os dias de hoje.

Embora em funcionamento, somente em 1999, com a mudança política do governo estadual, ocorrida em função das eleições de 1998, o Parque passou a ser administrado pelo órgão responsável pelas políticas públicas de esporte e lazer. A FUNDESPORTE, nova administradora do equipamento, até por ser de sua competência, começou a implementar uma série de ações de lazer no local, mudando a visão do governo em relação ao Parque, que até 1998

¹⁴ Órgão vinculado ao setor de Meio Ambiente do Governo de Mato Grosso do Sul.

¹⁵ Essa Associação forneceu todas as informações referentes ao Parque para este estudo.

o encarava como área ambiental e a partir daí começa a vê-lo como equipamento específico para prática do lazer.

Essa nova visão do Parque, por parte do executivo estadual, foi, sem dúvida, determinante para que o governo o escolhesse para abrigar a construção do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer. A indisponibilidade de áreas públicas estaduais e, principalmente, a localização¹⁶ do Parque foram algumas das razões que fizeram o governo estadual optar pela construção no local.

O Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Aero Rancho e o Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer das Moreninhas¹⁷ são hoje os maiores e mais qualificados equipamentos públicos de lazer comunitário existentes em MS. Inaugurado em 23 de junho de 2002, o Centro Popular do Aero Rancho abrange uma área de nove mil metros quadrados; fazem parte do complexo: quatro quadras poliesportivas cobertas, dois vestiários, duas salas equipadas para realização de cursos de dança, música, teatro e artes plásticas, uma piscina semi-olímpica, uma piscina de lazer para adultos e outra infantil, sendo toda essa estrutura adaptada para pessoas portadoras de deficiência física.

O Projeto do Centro Popular procurou basear-se no processo de construção coletiva das decisões. Realizaram-se várias reuniões entre membros do governo e comunidade local para definição, tanto no que diz respeito a sua construção quanto na implantação das ações de animação cultural realizadas no complexo. Teve-se o cuidado com a qualidade não só da construção do prédio, mas também com a sua manutenção e com o projeto de animação. Todo o projeto procurou levar em consideração, além das propostas de campanha eleitoral, os planos de

¹⁶ A essência do projeto de Centro Popular se baseia no atendimento de parte da população de baixo poder aquisitivo.

¹⁷ Bairro periférico com grande população de baixo poder aquisitivo de Campo Grande.

ação apresentados pelo governo. O “Plano Estratégico de 2001”, documento analisado no item anterior, apresentava este entendimento:

Implantar políticas públicas com relação aos espaços e equipamentos de esporte e lazer, não só no que diz respeito ao número e à qualidade, mas dando atenção aos valores culturais de cada região (PLANO ESTRATÉGICO, 2001, p. 8).

Desde sua inauguração, o Centro Popular do Aero Rancho oferece, gratuitamente, à comunidade, atividades orientadas de lazer. Essas atividades, quando ligadas aos interesses artísticos e manuais, são desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Cultura e, quando vinculadas aos interesses físico-esportivos, são de responsabilidade da FUNDESPORTE. Esta pesquisa se limitará às atividades de animação cultural estritamente relacionadas com os interesses físico-esportivos.

Nos seis primeiros meses de funcionamento do Centro, as atividades de lazer esportivo foram realizadas somente pela FUNDESPORTE. Em 2003, o governo estadual firmou uma parceria¹⁸ com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) que assumiu a execução das ações de lazer esportivo, ficando sob responsabilidade governo estadual toda a parte de administração e manutenção do complexo. A UCDB lançou o “Projeto de Esporte e Lazer Comunitário” que, coordenado pelo curso de Educação Física da Universidade, conta com um coordenador-geral, um coordenador de pesquisa, um coordenador técnico, todos os professores do curso de Educação Física e mais 24 acadêmicos estagiários (12 bolsistas e 12 não-bolsistas) também do mesmo curso. O Projeto beneficia cerca de 1.200 moradores de todas as faixas etárias residentes nas adjacências do Parque Airton Senna na região do Aero Rancho.

¹⁸ A parceria entre FUNDESPORTE e UCDB vem ao encontro dos eixos de atuação propostos pela Fundação como estratégia para implantação de ações em todas as regiões do estado.

O Projeto de Esporte e Lazer Comunitário baseou seu funcionamento, prioritariamente, no atendimento a dois grupos: o primeiro, composto de crianças e adolescentes, por meio do oferecimento de aulas de iniciação esportiva, e o segundo, de moradores que se aproximam ou já estão na terceira idade, com aulas de hidroginástica, ginástica, alongamento e caminhada. As aulas de iniciação esportiva, oferecida no Projeto, centram suas atividades em seis modalidades: natação, futsal, handebol, voleibol, basquetebol e nado sincronizado. Além dessas atividades, estão sendo implantados um grupo de convivência para a terceira idade e um conjunto de atividades para crianças até oito anos chamado “Clubinho para Crianças”.¹⁹

Segundo o coordenador geral do Projeto, professor José Luís de Paiva²⁰, o número de atendimentos realizados dobrou no ano de 2003, se comparado às atividades desenvolvidas no ano anterior pela FUNDESPORTE. Também foi notado, a partir do segundo semestre de 2003, um alcance maior das atividades, em relação aos locais de moradia dos inscritos. Ainda segundo Paiva, os usuários do Projeto são oriundos de mais de trinta bairros diferentes da cidade, alguns deles, relativamente distantes do Parque Airton Senna.

A criação de canais de participação para a população local é outra preocupação do Projeto. Conforme o coordenador, com base nos contatos realizados pelas lideranças entre si e estas com os técnicos do Projeto, surgem cada vez mais propostas de atividades, até que se cheguem ao formato que atenda a maioria do grupo. Essa preocupação comparece de forma recorrente no corpo do Projeto apresentado pela UCDB, um dos documentos selecionados para esta pesquisa. O objetivo geral do Projeto consiste em:

Implantar um projeto de intervenção comunitária no oferecimento de atividades esportivas para a população residente nas adjacências do

¹⁹ Todas as informações referentes às atividades oferecidas foram retiradas do Projeto de Esporte e Lazer Comunitário (2003), apresentado pela UCDB ao governo estadual.

²⁰ Informações concedidas pelo coordenador geral do Projeto como complemento de dados das entrevistas realizadas.

Parque Ayrton Senna, buscando a melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas, bem como a construção de um modelo de uma estrutura de animação para o local, envolvendo a participação da população local em sua elaboração (UCDB, 2003, p. 3).

Todas as atividades oferecidas no Centro acontecem de terça-feira a sexta-feira, das 7 horas às 19 horas e os interessados precisam se inscrever na secretaria do Centro onde recebem informações técnicas, tais como horário da atividade e trajés adequados para cada caso. Para atividades de piscina, como natação, hidroginástica e nado sincronizado, os interessados devem também se submeter a um exame médico, realizado, gratuitamente, no próprio Centro Popular às quartas-feiras e aos sábados, com validade de 60 dias.

Dentre as atividades mais procuradas estão a natação infantil e a de adulto e a hidroginástica, que apresentam sempre uma extensa lista de espera com nome e telefone dos interessados. O interesse por essas atividades se deve ao fato de que a maioria dos moradores da região do Aero Rancho e dos bairros vizinhos não tinha tido, até então, a oportunidade de freqüentar uma piscina. O critério previamente estabelecido entre coordenação, aluno e professores, para a abertura de novas vagas, é o desligamento do usuário que tiver, a cada semestre, três faltas não justificadas. Essas vagas abertas são encaminhadas automaticamente às pessoas relacionadas na lista de espera, respeitada a ordem de inscrição.

Depois de apresentarmos um pouco de como foi pensada e implantada a política pública de lazer do Governo Popular de MS e de mostrarmos algumas das principais características do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Aero Rancho, no próximo capítulo nosso desafio é o de verificar como essa política efetivamente vem acontecendo dentro do projeto de lazer comunitário desenvolvido no referido Centro.

CAPÍTULO II

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER E SEU IMPACTO NO PROCESSO EDUCATIVO DOS USUÁRIOS NO CENTRO POPULAR DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

2.1 Inclusão social pelo lazer no Centro Popular

Este capítulo tem como finalidade verificar, por meio da análise das entrevistas e ancorado na teoria utilizada, se a implementação da política pública de lazer desenvolvida no Centro Popular oferece oportunidades educativas para seus usuários. Especificamente neste item, a intenção primeira é a de analisar até que ponto a referida política tem inserida no seu bojo preocupação com o processo de inclusão social.

Desta forma, nos parece imprescindível a necessidade de buscarmos, na teoria, a compreensão do conceito de inclusão social, para que possamos interpretar, de maneira mais aprofundada, os dados coletados em nossa pesquisa.

As bases da inclusão social podem ser identificadas sinteticamente na capacidade de um país fazer avançar tanto a renda individual de sua população como a oferta acessível de equipamentos e serviços públicos (POCHMANN et al., 2005, p. 13).

Assim como o autor, entendemos esses dois pilares como indicadores fundamentais em uma agenda de inclusão social. Sem desconsiderar a significativa importância da renda individual da população e seus temas correlatos, como desemprego, subocupação entre outros, esta pesquisa vai concentrar esforços na questão da oferta de equipamentos e serviços públicos, mais precisamente equipamentos públicos de lazer. Ainda sobre equipamentos, Pochmann et al. (2005) declaram que para termos justiça social e consideráveis níveis de bem-estar da coletividade é necessária a definição de uma política pública que priorize a oferta de serviços públicos de qualidade e equipamentos que possibilitem ampla oportunidade a todos.

Nas sociedades democráticas, os serviços e equipamentos públicos tornaram-se essenciais para conceder igual oportunidade a todos, uma vez que, sem isso, somente parte reduzida da população tem condições de desenvolver plenamente suas aptidões (POCHMANN et al., 2005, p. 25).

No contexto do debate teórico sobre inclusão social, nos parece relevante diferenciar desigualdade social, pobreza e exclusão social, pois, desta forma, por analogia, podemos compreender, de fato, quais os desafios que uma política pública verdadeiramente inclusiva precisa superar.

Paralelo ao surgimento da sociedade moderna entre os séculos XVII e XVIII, surgiu também o tema das iniquidades sociais ou de injustiça social. Desde essa época, vários foram os cientistas sociais e filósofos que utilizaram seus estudos para debater sobre o tema. Ao longo de todo esse período, de acordo com o momento histórico, o tema ganha mais ou menos importância. No Brasil, esse assunto também tem uma longa história e é marcante na construção de nossa identidade nacional.

Para entendermos a complexidade do conceito de injustiça social, apoiamo-nos em Nascimento (2000), que o divide em três termos estruturantes: desigualdade social, pobreza e exclusão.

O conceito de desigualdade social está diretamente ligado à capacidade ou não da distribuição das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma sociedade em um determinado momento histórico. Sobre pobreza, o autor entende que seu significado se baseia na situação em que membros de uma determinada sociedade se encontram despossuídos dos recursos mínimos para sua subsistência e, desta forma, sem possibilidades de uma vida digna. É importante lembrar que necessidades básicas para uma vida digna variam, no entanto, no tempo e no espaço.

Mesmo próximos, Nascimento considera os conceitos de desigualdade social e pobreza distintos, em que um não implica no outro:

[...] um determinado país pode ter uma grande desigualdade na distribuição de suas riquezas sem que haja pobres, embora seja pouco comum. Ou pode ter uma pequena escala de diferença na distribuição das riquezas, tendo a maioria de seus membros na condição de pobreza (2000, p. 59).

Já sobre exclusão social, o referido autor considera seu conceito próximo, por oposição, ao de coesão social ou por ruptura ao vínculo social; para ele, a exclusão social pode ser entendida como um dos efeitos da ruptura dos laços de “solidariedade orgânica”, próprios da sociedade moderna.

Outro ponto importante discutido por Nascimento (2000), e que nos parece pertinente ser abordado nesta pesquisa, é o fato que todo grupo de excluídos tem forte tendência de desenvolver práticas de solidariedade interna, com o intuito de se defender contra ações negativas do restante da sociedade. Maffesoli (apud NASCIMENTO, 2000) tem desenvolvido

esse tema como noção de “socialidade”, que significaria, entre outras, os vínculos criados em torno de objetivos comuns, sem que tenham, por exemplo, relação de parentesco, ou laços de “solidariedade mecânica”, substituindo os já testados aqui laços de “solidariedade orgânica”, que estão em vias de fragmentação. A exclusão social acontece, portanto, por uma série de rupturas dos vínculos sociais, colocando o indivíduo sem direito a ter novos direitos. Desta forma, por analogia, podemos entender que para um indivíduo ser considerado incluído precisa necessariamente ter os seus direitos plenamente garantidos.

Como afirmamos, nosso objetivo, neste item, é o de analisar, com base nas concepções teóricas aqui desenvolvidas e por meio das entrevistas com os sujeitos da pesquisa até que ponto a política de lazer, implementada no Centro Popular, tem preocupação com o processo de inclusão social. Para tanto, procuramos destacar, no conteúdo das entrevistas com os dez sujeitos selecionados, os trechos que, de alguma forma, o tema de inclusão social apareça. Em seguida, agrupamos esses trechos em subtemas ou subcategorias e os analisamos separadamente (FIGURA 1).

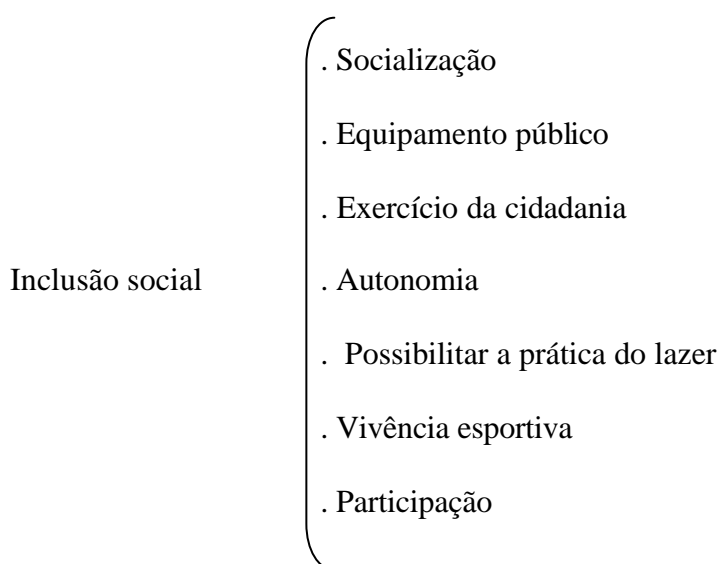


Figura 1 – Categoria inclusão social e subcategorias identificadas nas entrevistas.

O primeiro subtema relacionado para análise foi o da socialização, sobre o qual apenas os professores (P), entre todos os entrevistados, mostraram preocupação com o assunto. Vejamos os relatos dos entrevistados:

A gente vê que às vezes a pessoa chega sozinha à atividade, não conhece ninguém e em pouco tempo ela já está se socializando com todo mundo. [...] e de repente ela está lá, vai fazer uma atividade de duas vezes, ela se sociabiliza com outras pessoas. (P1)

Em relação à comunidade também, a gente já começou fazer as reuniões, preparação da festa, teve uma boa participação da comunidade envolvida no projeto, as reuniões estavam acontecendo super legais. Na primeira reunião a gente esperava 10 a 20 pessoas, tinha mais de 50, foi muito legal, num sábado à tarde, às 4 horas da tarde, quase não cabia mais gente dentro da sala, foi muito legal. (P2)

Apesar de entendermos o processo de socialização importante para o desenvolvimento pessoal e social de cada indivíduo, esse subtema apareceu apenas nas entrevistas com os professores, que o identificam como relevante para os usuários do Centro Popular. Isso se justifica, de certa forma, porque os professores, por sua formação profissional, compreendem que a importância do processo de socialização tanto no que diz respeito ao desenvolvimento pessoal e cognitivo do ser humano, quanto para as relações coletivas que se estabelecem por meio de atividades comuns, como as que o Centro Popular proporciona.

Outro subitem que aparece citado por dois entrevistados é o que relaciona equipamento público com inclusão social. Tanto P1 como P2 colocam o equipamento como um local que deve ser ocupado pela comunidade como um direito. Essa concepção tem relação direta com aquela trabalhada por Pochmann et al. (2005), que atribuem tanto aos serviços quanto aos equipamentos públicos características essenciais para a conquista das bases da inclusão social. Observemos as entrevistas no que diz respeito a esse assunto:

[...] mas que eles descubram o Parque, que ele está ali para eles utilizarem o Parque, seja dentro do próprio projeto da UCDB, seja nos fins de

semana, na piscina, ou nas quadras, em volta do complexo coberto e assim por diante. (P1)

É um projeto que tem como objetivo a integração das pessoas no Parque, trazer as pessoas para dentro do Parque para que elas ocupem o espaço que está lá, que foi colocado à disposição da comunidade. (Pa2)

Se, por um lado, a conquista de inclusão social passa por oferta de equipamentos públicos de qualidade, por outro, a descoberta por parte da população do direito a esses serviços caracteriza processo de construção e exercício da cidadania. Percebemos em alguns trechos das entrevistas, mesmo que de maneira indireta, preocupação com essa temática.

Ela ainda não entendeu que aquilo é dela, mas com o trabalho que a gente está tendo lá no projeto, ela já está despertando, saber que aquele espaço tem quer ser ocupado por eles mesmos, eles ainda acham que a gente está ali fazendo um favor muito grande. Mas eles já sabem que aquilo ali não é um favor, é o mínimo que se tem que fazer; está se colocando à disposição das pessoas. (Pa2)

Relacionar cidadania com inclusão social nos parece relevante, principalmente se usarmos por oposição ao entendimento que Nascimento (2000) traz como uma das acepções do termo exclusão social. O autor identifica como excluído todo grupo social detentor de formas particulares de socialização. Desta forma, negros, índios, mulheres, entre outros, podem, por vezes, se sentirem excluídos.

Neste sentido, o conceito de exclusão social aproxima-se do de discriminação racial, sexual, religiosa, ou outra. Assim, toda discriminação ou rejeição social seria uma forma de exclusão (NASCIMENTO, 2000, p. 61).

Essa relação aparece registrada em parte das entrevistas e mostra preocupação do Centro Popular em desenvolver ações que possam auxiliar na superação desse aspecto da exclusão.

[...] o futsal feminino está tendo reunião periódica com os pais, para discutir o que é isso da mulher jogar, porque as meninas podem jogar futebol; muitas não deixam, muitas proíbem, daí o que a Andréia²¹ faz? Ela vai na casa conversar com o pai e com a mãe, ela vai na comunidade discutir o que é isso [existe muita resistência] futebol de menina. É bastante legal, acho que são pequenos passos. [...]. Uma questão para as mulheres, que a gente tem pesquisa lá, que está sendo uma transformação, muito interessante, é a constituição de grupo de mulheres, que vão para lá chorar as mágoas porque trabalham fora, porque trabalham em casa, porque o marido faz isso, o marido acha que ela está gorda, porque a mulher tem que rebolar o dia inteiro, aquela coisa que cabe à mulher. Então, eu acho que já são questões que o projeto tem possibilitado esse tipo de questão. (P2)

Com o intuito de ampliarmos um pouco mais as reflexões aqui feitas sobre o tema da inclusão, utilizaremos as reflexões de Sposati (1997) sobre o termo “mínimos sociais”. Segundo a autora, é fundamental que se consiga estabelecer com absoluta clareza um marco limitador que possa identificar o momento da passagem da situação de incluídos para excluídos, ou vice-versa. Esse ponto deve ser considerado como mínimo social. Ao estabelecer com nitidez a noção de mínimo social nos parece mais fácil a tarefa de construir políticas públicas que possam levar cada vez mais ao processo de inclusão. De acordo com Sposati:

Para confrontar esta cultura elitista, perversa e discriminadora do processo concreto da exclusão, considero que a discussão de mínimos sociais deve ser conduzida para o interior do processo inclusão-exclusão social. Trata-se, portanto, de uma relação de tensão contínua, o que permite um movimento cuja força motriz proponho que seja o projeto civilizatório solidário (1997, p. 31).

Ainda segundo a autora, um dos componentes que constroem a noção de inclusão é o de autonomia que é entendida como

[...] capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades (SPOSATI, 1997, p. 31).

²¹ Professora acadêmica do Centro Popular.

Sobre autonomia vinculada à idéia de inclusão, Sposati (1997) remete à preocupação com a capacidade de o cidadão se auto-suprir, desde o mínimo para sobrevivência até as necessidades mais específicas.

A idéia de estabelecer a relação entre inclusão e o conceito da autora de autonomia está presente nas entrevistas dos sujeitos desta pesquisa, especialmente nas dos usuários, os quais vinculam atividades de lazer do Centro Popular a uma noção de vida melhorada.

Muito importante, porque eu creio assim: a gente precisa ter um lazer para poder não ficar tão estressada. [...]. Eu pretendia vir mais, porque eu acho que ajuda a desestressar, esquecer um pouco os problemas, não é? [...]. Eu creio que sim, porque parece que você relaxa, chega em casa mais disposta para fazer o serviço, para cuidar de criança, você relaxa, eu principalmente, eu gosto, venho para cá e vou embora muito bem, gosto do sol, gosto da água e tal. (U3)

Eu tinha um peso bem mais, eu era mais gorda, então eu me sinto bem para minha saúde, trabalho, para tudo melhorou muito, consegui emagrecer um pouco também, eu faço caminhada também. (U4)

Para mim tem muita importância, pela minha saúde, pelo meu corpo, a gente fica com a mente mais aberta, a mente mais leve, pra mim é muito importante. (U5)

Notamos que nesse subtema, da autonomia, apenas os entrevistados que são usuários e que têm idade média acima de 30 anos explicitaram-no em suas respostas. Possivelmente, esse fato se deva a ser normalmente a partir dessa faixa etária que o ser humano começa a sentir necessidade de atividades físicas e sociais que melhorem a sua qualidade de vida e também pela falta de espaços e oportunidades de atividades de lazer que ocorrem nessa faixa etária. É muito mais freqüente encontrarmos crianças e adolescentes envolvidos em atividades de lazer esportivo em lugares alternativos, como ruas, terrenos baldios, entre outros, cabendo aos adultos, opções pagas, como clubes, academias e outras, que muitas vezes não oferecem acesso à grande parte da população, especialmente a comunidade da região do Aero Rancho, cujas características se assemelham às populações de baixo poder aquisitivo.

Possibilitar a prática do lazer como um dos fatores de inclusão social é, sem dúvida, mais um dos pontos que precisam ser analisados neste estudo. Entender a oportunidade do lazer não apenas como um desejo e sim como um direito social garantido na Constituição Brasileira é uma necessidade premente, conforme estabelecido em seu artigo 6º:

Art 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2004, p. 20).

Selecionado como subtema, possibilitar a prática do lazer aparece nas entrevistas abordado sob alguns pontos de vista. Os entrevistados Pa1 e U6 destacam a importância de poder, por intermédio das atividades oferecidas no Centro Popular, ter acesso às atividades físicas como melhoria de qualidade de vida.

[...] porque muitas vezes as pessoas não têm uma oportunidade de praticar uma atividade física, praticar um exercício físico, que se julga hoje em dia com níveis de obesidade aumentando, várias questões de estresse e depressão, seria um dos benefícios, o direito da população, pois o estado deve ter uma política direcionada para essa prática. (Pa1)

Não só para mim como para todos que participam, pessoas de idade que necessitam de um movimento físico. (U6)

Os entrevistados Pa2 e U3 referem-se ao equipamento público como oportunidade de lazer:

Olha é uma oportunidade que ela não tem em outro lugar, o que a gente sente é que é um espaço que a comunidade descobriu. (Pa2)

Na minha vila não tem nenhuma praça, nem parque, nada. Então a gente sai de lá para cá. (U3)

Oferecer atividades diferentes²² e dar oportunidade para todos são outros pontos de vista que aparecem em trechos das entrevistas ainda sobre o subtema possibilitar a prática.

São atividades que procuram ter uma ligação entre elas, mas sem aquele vínculo de exclusão e sim de inclusão. Então, todas as pessoas que vêm até nós para entrar no projeto, participar do projeto, todas as pessoas podem participar livremente. As atividades são desenvolvidas de uma forma geral para todas, [...]. A importância do projeto seria proporcionar uma atividade diferenciada na vida das pessoas, [...]. (Pa1)

E de repente surgiu essa opção de ir ao parque fazer uma atividade completamente diferente, que ela nunca tinha tido a oportunidade de experimentar, [...]. (P1)

A vivência esportiva é, sem dúvida, um ponto que tem sido importante no decorrer do projeto de esporte e lazer comunitário do Centro Popular. Além das mais variadas experiências motoras que o aprendizado de uma modalidade esportiva oferece no desenvolvimento do ser humano, em especial da criança e do adolescente, outros aspectos também podem ser considerados. Agir em equipe, aprender e lidar com a derrota, assim como com a vitória, e respeitar regras pré-estabelecidas são algumas das muitas experiências que fazem parte da vivência esportiva. Werthein traz outras características da vivência esportiva:

A prática esportiva exige ainda que o praticante aprenda a lidar com sentimentos diversos e mesmo contraditórios. Ele precisa desenvolver a capacidade de balancear a ambição de superar desafios e o desejo de vitória, com a possibilidade de derrota e o enfrentamento de suas limitações e dificuldades (2004, p. 118).

Um professor e um usuário mostraram em momentos de suas entrevistas interesse nas possibilidades de vivência esportiva oferecidas no Centro Popular:

²²No sentido de novas atividades. Não é incomum encontrarmos freqüentando o Centro Popular pessoas que, por exemplo, nunca tinham tido acesso a uma aula de natação ou hidroginástica.

Eu acho que para as crianças, seria uma vivência esportiva de uma forma geral o projeto está muito voltado para a vivência esportiva. (P2)

Eu não sabia jogar nada de vôlei nem de futsal, o que eu sei então foi por eles, senão eu não sabia nada. (U1)

O último subtema abordado neste item é o da participação. A construção de um projeto pautado em uma política pública que pretende se localizar no campo democrático necessariamente precisa ter incrustado no seu escopo o processo da participação popular. Percebemos ser justamente nesse tema que aparece a primeira contradição nas entrevistas. Três deles citaram o subtema participação, e P2, que no início de sua entrevista criticava o Centro Popular pela falta de uma maior participação da comunidade nas decisões, logo em seguida se contradiz e exalta a participação popular nas decisões.

Acho que pinta o grande carma do projeto, porque eu acho que as atividades são impositivas não participativas porque ninguém nunca perguntou para elas o que elas querem fazer, nunca a gente conseguiu esse espaço. Os acadêmicos, os professores que são os acadêmicos eles já estão construindo as atividades com os alunos. Por exemplo, na ginástica, está tudo pensado que música vai tocar, que tipo de ginástica elas vão fazer, qual a realidade que elas querem, o quê que elas querem. (P2)

Por outro lado, tanto Pa2 quanto U4 vêm no desenvolvimento do projeto oportunidades claras de construção coletiva das atividades.

A orientação que nós temos dentro do projeto é exatamente isso, saber trabalhar com comunidade, mas não levamos tudo pronto, construímos junto com ela, respeitando sua individualidade. (Pa2)

A participação também da comunidade, todos participam. Eu acho excelente. (U4)

A contradição presente nesse subtema talvez esteja localizada na grande importância dada ao assunto. Como já vimos no capítulo anterior, a participação é tema-chave no corpo da

política pública de esporte e lazer de Mato Grosso do Sul. Desta forma, deve existir no Centro Popular, principalmente por parte daqueles que o administram, o compromisso em aumentar o grau de participação popular.

A preocupação na construção de projetos de esporte e lazer comunitário, que tenham grande participação popular, não é assunto debatido apenas no Brasil. Em recente conferência internacional ocorrida em São Paulo, Oscar Ruiz, secretário-geral da Universidade Jorge Tades Lozano, Bogotá (Colômbia), mostrou ser grande a preocupação nesse país no desenvolvimento de projetos públicos que têm grande participação da comunidade envolvida.

Os vínculos com o ser humano são os realmente importantes, porque não basta construir equipamentos. Para isso, é necessário saber aproveitá-los. É a participação da comunidade, a discussão democrática, o apoio da vida comunitária, porque isso é fundamental. A atenção centrada em comunidades menos favorecidas permite uma integração da comunidade com participação ativa e uma melhor organização social (RUIZ, 2004, p. 58-59).

Alguns outros temas vinculados ao processo de inclusão social apareceram nas entrevistas, mas com pequena incidência, não merecendo destaques. Exceto um. Tanto U1 quanto U2 mostraram depositar grande expectativa nas atividades do projeto como possibilidades de ascensão social e profissional.

Muda, que no futuro eu penso ser uma jogadora de vôlei. O meu pai queria que eu formasse em direito, só que eu quero ser uma jogadora de vôlei e de futebol. (U1)

A gente está ali para treinar, porque a gente pode ser alguém na vida [...]. [...], mas eu prefiro mesmo é treinar, porque alguém pode vir assistir você, você está ali e alguém pode chamar para fora, [...]. (U2)

Talvez por U1 e U2 se encontrarem no período da adolescência e pertencerem à família de baixo poder aquisitivo, depositem, assim como milhares de outros jovens brasileiros, no

esporte a única possibilidade de vencerem na vida e assim mudarem o rumo de suas histórias. Nesse sentido, um governo democrático cumpre seu papel ao oferecer um equipamento público que possibilite aos jovens perspectivas de vida e espaço de convivência.

Este item teve a intenção de analisar, com base na teoria utilizada e nas entrevistas realizadas, como os atores do projeto de lazer comunitário, desenvolvido no Centro Popular do Aero Rancho, compreendem o processo de inclusão social e como esse processo está relacionado com a oferta de equipamentos públicos de boa qualidade.

2.2 Relações entre lazer e educação no Centro Popular

Muitos são os autores que analisam as relações existentes entre lazer e educação. Nossa intenção neste item é dialogar com alguns desses autores com o intuito de construirmos as bases necessárias para analisarmos com maior profundidade as entrevistas dos sujeitos desta pesquisa.

O sentido adotado e compreendido nesta dissertação está vinculado à concepção de educação não formal, mais precisamente do lazer como elemento pedagógico capaz de expressar a sensibilidade dos homens, ou no estudo de uma pedagogia da animação.²³ Isto é, partimos do pressuposto que o processo educativo não ocorre somente no ambiente da escola formal e dentro da sala de aula. Sem dúvida, a escola pública, gratuita e de qualidade, é uma conquista da sociedade civil organizada, especialmente da população economicamente desfavorecida. No entanto, é preciso considerar, também, que essa mesma população tem direito à formação integral, compreendida em um contexto mais amplo de construção e do exercício da cidadania. Nesse sentido, o lazer coloca-se como elemento indispensável desse processo.

²³ Termo usado por Marcellino (1998) para caracterizar uma pedagogia que reconheça as relações lazer-escola-processo educativo, e que entenda animação englobando os sentidos de vida, de movimento e de alegria.

A relação da educação com as demais esferas da vida social varia de acordo com o momento histórico e com a forma como o homem se organiza socioeconômico e culturalmente. Assim, ao estudar a educação, é necessário entendê-la como parte desse processo e, principalmente, refletir sobre o papel que ela desempenha na sociedade. Significa compreendê-la como expressão das contradições postas pela sociedade capitalista as quais devem ser desconstruídas para gerar novas relações sociais. Nesse aspecto, a educação não formal, ou a educação popular, se revela como um caminho possível para a intervenção do homem na sociedade.

Outro elemento importante refere-se ao fato de que, em um processo educativo resultante da relação entre “lazer e educação”, os “animadores culturais”, ou “educadores”, devem levar em consideração o conhecimento já produzido pela população excluída do acesso aos serviços básicos e essenciais para a produção humana.

Sobre esse aspecto, Brandão relembra a célebre carta que uma tribo indígena mandou ao governo da Virgínia, nos Estados Unidos, em resposta ao convite feito para que alguns jovens indígenas pudessem estudar naquele estado.

[...] Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração.

Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa idéia de educação não é a mesma que a nossa.

[...] Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros.

Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens (1985, p. 8-9).

No desenvolvimento do processo educativo são inúmeros as formas e os modelos de educação e, sem dúvida, a escola não é o único lugar onde ele acontece. Brandão nos mostra que “A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida” (1985, p. 10).

O mesmo autor compreende a educação acontecendo de diferentes formas e praticada em situações tão diferentes que inúmeras vezes ela parece ser invisível, a não ser quando existe algum tipo de indicação que aquele local é específico para processos educativos.

A indicação do momento em que a educação passa a ter um caráter de maior formalidade e começa assim a ser encarada de maneira mais organizada é analisada pelo mesmo autor acima referido:

Quando um povo alcança um estágio complexo de organização da sua sociedade e de sua cultura; quando ele enfrenta, por exemplo, a questão da divisão social do trabalho e, portanto, do poder, é que ele começa a viver e a pensar como *problema* as formas e os processos de transmissão do saber. É a partir de então que a questão da educação emerge à consciência e o trabalho de educar acrescenta à sociedade, passo a passo, os espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos envolvidos nos exercícios de maneiras cada vez menos corriqueiras e menos comunitárias do ato, afinal tão simples, de ensinar-e-aprender (BRANDÃO, 1985, p. 16).

Esse caráter sistematizado dado à educação nos coloca diante de outro tema que precisamos discutir nesta pesquisa: a política educacional. Conforme Martins:

A política educacional é um processo que só existe quando a educação assume uma forma organizada, seqüencial, ditada e definida de acordo com as finalidades e os interesses que se tem em relação aos aprendizes envolvidos nesse processo (1994, p. 8).

A autora diferencia “política educacional” de “educação” mostrando que educação pode existir livremente entre as pessoas como uma das formas de tornar comum o saber. Já a política educacional precisa ter organização, seletividade sobre aquilo que será ou não transmitido. Desta forma, a política educacional atua sobre a educação, mas não tem controle sobre ela. Por outro lado, é a educação que ultrapassa os muros da escola, que pode interferir na política educacional.

Martins ainda mostra a política educacional como um dos instrumentos de projeção de que homem se deseja construir no futuro e que ao contrário da educação que ajuda a pensar tipos de homens e mulheres, a política educacional tem preocupação em fazer esses tipos, definindo o conteúdo que vai ou não ser transmitido para cada pessoa. “Aprendendo a ler as intenções de uma política educacional, você se torna capaz de perceber que tipo de gente a sociedade está querendo, qual o projeto de ser humano que nela predomina” (1994, p. 10).

Por fim, a política educacional não deve tirar o poder de criação da educação, mas sim canalizá-lo para os fins desejados, embora muitas vezes acabe minimizando a capacidade de reflexão crítica inerentes à educação.

Como afirmado anteriormente, esta dissertação procura refletir sobre os processos educacionais que acontecem de forma assistemática e englobam as várias formas de transmissão cultural, principalmente, no caso desta pesquisa, aquelas relacionadas com o campo do lazer. Camargo nos incentiva a pensar sobre a capacidade educativa que o lazer tem inserido no seu campo de atuação.

O lazer é um modelo cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Esta é a chamada educação informal, numa sociedade que, não apenas através da escola ou da família, mas também dos seus pontos de encontro, das informações difusas de tevê, jornais, *out-doors*, cinema, bate-papos, se converte numa sociedade educativa (1986, p. 71).

Essa relação lazer/educação também é objetivo de estudo de Marcellino que considera o lazer tanto como veículo de educação quanto objeto da educação.

Trata-se de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; e a segunda, que para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um *duplo processo educativo — o lazer como veículo e como objeto de educação* (1998, p. 58-59, grifos do autor).

Considerando o lazer como “veículo de educação”, Marcellino (1996a) vê o grande potencial tanto para o desenvolvimento pessoal quanto social dos indivíduos no que se refere ao lazer como objeto de educação. O autor entende que para difundir o significado, esclarecer a importância, incentivar a participação e transmitir informações, as manifestações do lazer precisam ser críticas e criativas e suas características devem necessariamente ser de livre escolha e expressão. Marcellino considera desta forma o lazer nos aspectos do divertimento, do descanso e também do desenvolvimento.

O lazer como portador de um duplo aspecto educativo, veículo e objeto de educação, considerando, assim, não apenas as suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social. E aqui não se está negando o descanso e o divertimento, mas simplesmente enfatizando a dimensão menos contemplada do lazer, a de desenvolvimento ensejado pelo seu vivenciar (2005, p.13) .

Assim como a maior parte dos autores consultados no desenvolvimento dessa pesquisa, também não é nosso entendimento que o lazer como campo fértil para a educação possa ou deva substituir o papel da escola como espaço de difusão do saber. Camargo (1986) considera a escola obrigatória, mesmo com seus defeitos, é uma das estratégias fundamentais na luta para diminuição das grandes desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade brasileira.

Nesta mesma direção Marcellino chama a atenção para os cuidados que devemos ter com uma visão “compensatória” do lazer substituindo o papel inerente à escola. Como se as atividades relacionadas ao campo do lazer compensariam as fragilidades da ação escolar. O autor defende uma “pedagogia da animação” que tenha capacidade de relacionar a ação educativa presente na escola com a ação pedagógica do lazer:

O que importa, em termos da proposta da “pedagogia da animação” é encará-la na perspectiva de mudança, relacionada a todo um processo amplo de educação, que considere as relações entre as possibilidades da escola e as potencialidades educativas do lazer, não como a “redenção” de uma situação social injusta, mas como canal possível para busca de transformações, aqui e agora (1998, p. 143-144).

Outro tema presente na discussão das relações lazer/educação e que merece ser abordado nesta pesquisa é o de animação cultural. Tal expressão pode ser entendida, segundo Melo, “como uma das possibilidades de intervenção pedagógica nos momentos de lazer” (2004, p.12). O autor lembra que o papel de animação cultural está intimamente relacionado com o fato de poder permitir aos indivíduos o desenvolvimento no ato de julgar e criticar com base no estabelecimento de novos olhares da vida e da realidade. Sobre o mesmo tema, Camargo considera que os objetivos da animação cultural são o de [...] mostrar que o exercício de atividades voluntárias, desinteressadas, prazerosas e liberatórias pode ser o momento para uma abertura a uma vida cultural intensa, diversificada e equilibrada com as obrigações [...]” (1986, p. 75). O mesmo autor considera que o papel do educador que atua na área da animação cultural é muito menos o de liderar atividades de lazer e mais o de mostrar as enormes possibilidades de participação social e auto-realização ocorridas por meio do lazer. É função dele desenvolver atividades na escola, no clube ou na comunidade, sem perder de vista a capacidade do desenvolvimento tanto pessoal quanto social, embutidas nas manifestações do lazer.

Apoiados na teoria discutida até aqui, analisaremos, nas entrevistas, todos os trechos que relacionam de alguma forma a ocorrência de processos educativos com as atividades de lazer desenvolvidas no Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer.

Como os objetivos delineados nesta pesquisa têm como base a análise das atividades de lazer predominantemente de conteúdo físico-esportivo, encontramos nas entrevistas de dois professores e de um professor acadêmico a preocupação no sentido de que as atividades trabalhadas não se prendessem exclusivamente ao aspecto técnico-esportivo e desenvolvimento motor, mas que outros conhecimentos também fossem foco de reflexão e debate. Vejamos essa preocupação presente nas entrevistas de P1, P2 e Pa1:

[...] colocar esses conteúdos de forma não técnica, ou seja, daquela forma tecnicista, é o treinamento que você vai fazer aqui para aprender. Então a gente tenta abordar os conteúdos de forma a ter jogos educativos, ter brincadeiras, [...]. (P1)

[...] vou somente para transmitir um conhecimento técnico, mas por outras questões que podem ser abordadas, que outras questões eles podem trabalhar [...]. [...] falamos sobre a questão do respeito, da tolerância, da educação [...].(P2)

Então eu não posso fazer só um trabalho motor e deixar o cognitivo da criança, da pessoa para trás, eu tenho que fazer essa pessoa pensar. (Pa1)

Segundo Brandão uma das formas de transferência do saber ocorre por meio da convivência da relação das pessoas entre elas mesmas ou entre elas e tudo que as cerca.

O que se sabe aos poucos se adquire por viver muitas e diferentes situações de trocas entre pessoas, com o corpo, com a consciência, com o corpo-e-a-consciência. As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não sabe-e-aprende (1985, p. 18).

Algumas das entrevistas indicam, em certas questões, que a convivência experimentada nas atividades de lazer foi fundamental para o desenvolvimento do processo de aprendizagem:

[...] eu aprendo algo, eu aprendo tanto questões comuns de aprender com a convivência, em conjunto com outras pessoas, pois tem outros pensamentos ou outra cultura [...]. (P1)

[...] tem alunos velhos assim como eu, então a gente tenta ajudar os novatos. (U2)

Ajudam muito, muito, disciplina, na convivência com outras pessoas, parte social também, com as crianças, com os filhos. (U4)

Outro tema que necessariamente precisa ser tratado por esta pesquisa se refere ao conceito de lúdico. Gomes alerta para uma certa imprecisão, ou pelo menos uma visão parcial por parte do senso comum da definição do termo lúdico: “Apesar de ser um vocábulo freqüentemente utilizado em nossa língua a compreensão dos seus significados muitas vezes constitui um ponto obscuro” (2004, p. 141). A autora lembra que o termo invariavelmente tem seu significado relacionado com a criança ou ao período da infância, assim reforçando a idéia que em outras fases da vida o indivíduo deve apenas se preocupar com “coisa séria” e que as atividades lúdicas tem caráter inútil e improdutivo. Tal posição, amplamente combatida pela maior parte dos estudos que tratam desse tema, aparece nas entrevistas dos sujeitos desta pesquisa quando só mencionam o termo brincar quando estão se referindo a atividades para crianças.

[...] ensinar aqueles conteúdos específicos de cada atividade que as crianças estão fazendo através de brincadeiras. Então a gente tenta, em forma de brincadeira, colocar aqueles movimentos da atividade que ela possa aprender aquele conteúdo. (P1)

Eu creio que tem, porque você tendo lazer, já se educa também, as crianças, para saber brincar [...]. (U3)

Relacionar trabalho com os conteúdos presentes ao campo do lazer não é ato de inovação. Paul Lafargue no final do século IX em sua obra “O Direito à Preguiça” já se debruçava nas inúmeras possibilidades de reflexões suscitadas pelo tema.

Mas para que tenha consciência de sua força, é preciso que o proletariado pisoteie os preconceitos da moral cristã, econômica e livre-pensadora; é preciso que volte a seus instintos naturais, que proclame os *Direitos à Preguiça*, mil vezes mais nobres e mais sagrados que os típicos Direitos do Homem, arquitetados pelos advogados metafísicos da revolução burguesa. É preciso que ele se obrigue a não trabalhar mais que três horas por dia, não fazendo mais nada, só festejando, pelo resto do dia e da noite (2000, p. 84).

Atualmente, vários autores discutem as relações existentes entre trabalho/lazer e essas aos processos educativos. Martins levanta sua preocupação com uma política educacional que evidencie no seu escopo, basicamente, a formação para o trabalho.

[...] o que está mais evidente é a sua ação sobre o processo de organização do trabalho, que consiste em delimitar a forma como a criança ou o adolescente vão adquirir o conhecimento necessário para o exercício de uma profissão [...] (1994, p. 12).

O que a autora coloca e que vai ao encontro dos posicionamentos que orientam essa pesquisa é a defesa de uma educação que leve em consideração a formação integral do homem e desta forma considera outras necessidades humanas, por exemplo, as ligadas ao prazer. Requiza destaca a “importância de ser o homem educado para, racionalmente, preparar para si mesmo uma arte de viver, em que não se perca o equilíbrio necessário entre o trabalho e o lazer [...]” (1980, p. 56).

Essa relação entre lazer/educação/trabalho também comparece em uma das nossas entrevistas e mostra a preocupação no sentido de que as atividades do Centro Popular não ocultem essa temática.

Na verdade, discutimos muito a educação para o lazer, se você não se envolve em uma atividade de lazer, se você não é educado para isso, já que a gente é educado o tempo inteiro para o trabalho, a gente vive em sociedade de educação para o trabalho, e não em uma sociedade de educação para o lazer. Mas, independente disso, eu acho que a gente não

centro um espaço ímpar, vamos dizer assim, o tipo de projeto que a gente trabalha que é justamente para trabalhar essa relação. (P2)

A visão funcionalista do lazer e suas abordagens, romântica, moralista, compensatória e utilitarista que foram citadas no primeiro capítulo dessa pesquisa, podem ser observadas em duas entrevistas de usuários:

Eu creio que tem, porque você tendo lazer, já se educa também, as crianças, para saber brincar, para não destruir e respeitar o pessoal aqui. (U3)

Ajudam muito, muito, disciplina, na convivência com outras pessoas, [...]. (U4)

As entrevistas de U3 e U4 revelam uma visão moralista do lazer na qual o que parece ser importante da atividade de lazer é manter a ordem e a segurança. Essa visão que impregna o senso comum precisa ser substituída por uma visão que encare as oportunidades de lazer como espaços de reivindicar a dignidade humana.

Respeitar a opinião da comunidade, construindo de maneira coletiva as atividades de lazer no Centro Popular e tendo noção da ação transformadora que essas atividades podem ter, são características analisadas no capítulo anterior e reforçadas nas entrevistas de P2 e U2.

[...] não impõem o seu conhecimento, porque o seu conhecimento não é o melhor e não é o principal, cuidado com o que a comunidade já sabe e respeite isso. Então a questão de respeito, de companheirismo mesmo, de solidariedade. A questão da cidadania, a questão dos direitos que eles têm, dos deveres que eles têm, isso tudo são questões que a gente trabalha bastante [...]. [...] eu acho que entender que aquele espaço só vai ser construído do jeito que a gente quer, na medida em que a gente consiga educar as pessoas que participam do projeto, e educar a gente também, porque a gente também é transformado e, enfim, reflete o tempo inteiro. (P2)

A gente está aqui não é só para ganhar, a gente está aqui para ensinar e aprender com os professores. (U2)

“Construir de maneira coletiva” ou “levar em conta a opinião da comunidade” são expressões recorrentes nos documentos analisados por esta pesquisa e já discutidas no capítulo I. Tanto os programas das campanhas eleitorais de 1998 e 2002 quanto os planos de ação governamental do Governo Popular mostram preocupação com esse tema que aparece também nos comentários dos entrevistados e, desta forma, estabelecem relação entre o que foi proposto e o que foi executado no Centro Popular.

Nesse item nossa pretensão, pelo posicionamento dos autores abordados e pela análise das entrevistas, foi o de discutir as relações entre lazer e os processos educativos e como essas relações se apresentam no Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do bairro Aero Rancho, nosso local de estudo.

2.3 Impacto da política pública de lazer no processo educativo dos usuários no Centro Popular

Neste item, à luz dos conceitos vistos até aqui e com base na análise das entrevistas realizadas, discutiremos qual o impacto da política pública de lazer implantada no Centro Popular do Bairro Aero Rancho no processo educativo de seus usuários.

Para tanto, parece-nos importante reforçar o entendimento que já vimos no item anterior com Marcellino (1998), do duplo aspecto educativo do lazer. O sociólogo Renato Requixa defende em seus estudos essa posição:

[...] foi-nos possível sugerir o duplo aspecto educativo, apresentado pelo lazer: em primeiro lugar, como veículo de educação, isto é, a educação através das atividades de lazer; e, em segundo lugar, como objeto de educação, isto é, a educação para o lazer (1980, p. 52).

Foi com base nesse entendimento do lazer que procuramos analisar a relação de política de lazer implantada no Governo Popular de MS e o desenvolvimento do processo educativo. Na análise de algumas entrevistas, notamos a preocupação com o aprendizado do conteúdo de caráter técnico-esportivo e a conseqüente experiência motora adquirida.

Mas, depois que começou o projeto os pais que conversam com a gente dizem que eles têm muito mais confiança em ir para piscina, mais despreocupados com essa questão, porque eles estão vendo que realmente os filhos estão aprendendo nas aulas do projeto. (P1)

Eu acho que o conhecimento técnico esportivo, as técnicas esportivas. (P2)

Eu não vou só ensinar a criança a chutar a bola, receber uma bola, mas sim a criança arremessar, a criança correr, andar, saltar. Então, a habilidade que as pessoas vão utilizar para outras atividades também. (Pa1)

Em outro ponto da entrevista de Pa1, percebemos o desejo de não apenas valorizar o aspecto motor, mas também trabalhar ações no campo cognitivo e, desta forma, procurando entender o ser humano de maneira mais integral. Ele nos mostra uma preocupação vista no capítulo anterior, que uma política pública de esporte e lazer não deve ter intenção exclusivamente no ensino da técnica esportiva e conseqüente formação de atletas, mas sim na ampliação de oportunidades de experiências de conteúdo físico esportivo.

A questão cognitiva, a questão de opinar na aula, às vezes eu estava aplicando um exercício, uma atividade de futsal, mas não tinha nada a ver com futsal. Então a questão cognitiva, às vezes eu estava dando uma atividade, um exercício, e a criança sugeriu uma coisa: “olha professor eu acho que é melhor assim, acho que é interessante fazer assim”. Eu falava. Ficam ali, aquele momento todo, aquele intervalo, aquela folga, vamos dizer assim, elas ocupam com atividades que irão contribuir para sua formação como ser humano, não só a escola, mas sim outra vivência, um outro contexto que ela adentra. (Pa1)

Além dos aspectos ligados aos conteúdos de domínio cognitivo e motor, as entrevistas se baseavam em outros três aspectos que, de alguma forma, vinculam o lazer ao processo de

educação não formal dos usuários do Centro Popular. O primeiro, citado por dez entrevistados, relaciona a socialização com o lazer, veículo de educação; o segundo, lembrado por seis entrevistados, dos quais cinco eram usuários, vincula as experiências vivenciadas nos momentos de lazer ao ato de aprender a ter uma vida com mais qualidade; e o terceiro, dois professores e um professor acadêmico, expressa a preocupação em relacionar o lazer com a educação para o exercício da cidadania.

No que se refere ao primeiro ponto levantado, o da socialização, Requiça mostra o grande potencial que as atividades de lazer têm como facilitadoras das relações interpessoais e do convívio social:

Nesse sentido, pode-se verificar que as atividades de lazer lhe facilitam uma participação social mais ampla, pela oportunidade que lhe é dada de tomar parte em atividades associativas, de integrar-se na vida de grupos culturais, recreativos e de convívio social. Nos grupos, vê-se motivado a desenvolver, acima da formação prática e técnica, uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade, da razão (1980, p. 53).

Diferente do item 2.1, quando a socialização foi abordada como subtema da inclusão social pelo lazer e apenas os professores entre todos os entrevistados o citaram como relevante, agora, nesta nova discussão, os dez entrevistados expressaram as relações existentes entre socialização e o processo de educação pelo lazer. P1, em três momentos de sua entrevista, demonstra essa posição:

Tem o aprendizado deles, por exemplo, eu vejo assim, a sociabilização deles, de aprenderem a viver dentro de um grupo, de tentar aceitar as diferenças que existem no grupo. Só a questão da socialização, de aprender a fazer amizades, de aceitar até as outras pessoas que não suas amigas, mas ter essa diferença [...]. Eu vejo esse outro tipo de aprendizado ocorrendo também. É a questão da socialização, a questão dele fazer amizade, dele sair até do próprio grupo que ele tinha anteriormente, formar outro grupo, fora o grupo que ele tem lá dentro do projeto, e que ele pode transferir esse grupo depois para continuar essa ligação com esse grupo, mesmo depois fora da atividade. Eu acho que é isso aí. (P1)

Pelas entrevistas, fica clara a marca presente da função social do lazer. As relações estabelecidas, principalmente pelas pessoas adultas com seus contemporâneos, em situações diferentes das de trabalho, isto é, de maneira voluntária e descompromissada, colocam, segundo Requixa, o adulto em contato direto com seu grupo primário do qual ele tem necessidade para viver melhor. O autor também lembra da utilização do lazer com conteúdo psicológico e social:

O conteúdo psicológico é marcante, pois, consubstancia-se na satisfação da necessidade humana de contatos sociais primários. Fundamental, na vida dos grupos informais, essa necessidade agrava-se nas grandes concentrações urbanas, onde as relações entre as pessoas, favorecidas no tempo do lazer, podem apresentar-se por vezes, até mais importantes que o próprio conteúdo de atividade (1980, p. 54).

Com relação ao conteúdo social do lazer, Requixa coloca que “é na prática das atividades de lazer que emerge o conteúdo social – isto é, o lazer utilizado com sentido social, em favor da comunidade” (1980, p. 54). Essas questões levantadas pelo autor mostram-se presentes na entrevista de P2.

Só o fato de ter um grupo de pessoas, juntas, já é diferente do que cada um fazer na sua casa, então só essa troca, de saber o problema do outro, de saber o teu problema, qual é o teu sonho, qual não é o teu sonho, e o que a gente junto pode conversar e quem sabe se tem a solução ou não tem. Só essa troca mesmo, de vida, eu acho que é um sonho muito grande, e é isso que a gente vai percebendo. As atividades que envolvem os adultos, sobretudo, os pós-aulas é melhor do que as aulas, as pessoas ficam, sobretudo as senhoras, quase que não dá tempo de fazer o arroz e o feijão para os filhos quando chegam da escola. (P2)

Os dois professores acadêmicos entrevistados, Pa1 e Pa2, fizeram suas considerações sobre a socialização, dando mais ênfase ao efeito verificado nas crianças, percebendo uma maior integração nas atividades de lazer do Centro Popular.

A questão de interação social, sociabilização da criança, nota-se, pelo menos nas aulas que eu desenvolvia, eu notava que as crianças não se

conheciam. Elas eram crianças de bairros vizinhos ou do mesmo bairro, só que não se conheciam e com o decorrer das aulas, elas já estavam brincando juntas depois da aula, interação bem melhor, indo embora juntas e se encontrando em outro espaço para fazer outra atividade. (Pa1)

Olha, a inter-relações interpessoais mesmo, por exemplo, a própria convivência; a gente cria uma sociabilização entre as crianças, entre as pessoas, até mesmo os adultos que participam das modalidades, das atividades do parque, então há uma integração. (Pa2)

As atividades de lazer, nesse sentido, precisam incentivar o convívio, a capacidade de ações coletivas e o fomento das relações interpessoais que possam, desta forma, levar cada vez mais ao desenvolvimento tanto pessoal quanto social do indivíduo e o conseqüente favorecimento de toda comunidade. Requeira mostra-nos que:

[...] as atividades de lazer oferecem, em condições ideais, os meios, para que o indivíduo, não apenas, exercite o seu poder de criar idéias, de realizar opções, mas ainda, com o aprimoramento de suas faculdades de percepção dos problemas, venha a ser estimulado a colaborar com sua comunidade, em trabalho desinteressado e benéfico, para si e para o grupo a que pertence (1980, p. 54).

Todos os seis usuários entrevistados apontam para as inúmeras oportunidades encontradas nas atividades de lazer realizadas no Centro Popular no sentido do aprofundamento do convívio social. U4 reforça ainda em sua entrevista a necessidade de equipamentos públicos de qualidade²⁴ que possibilitassem as relações sociais pelo lazer que muitas vezes ficam restritos aos clubes e, por conseqüência, àqueles que possuem as condições econômicas para serem associados.

[...] porque antes de eu vir para cá eu não tinha amizade, eu ficava trancada em casa, aí eu vim para cá conheci gente nova, [...]. (U1)

²⁴Como já vimos no Capítulo I desta pesquisa, tanto os programas de partido elaborados em 1998 e 2002 quanto o Plano de Desenvolvimento e Popularização do Esporte e Lazer em Mato Grosso do Sul de 2000 já abordavam a necessidade de incentivar políticas públicas que valorizassem os equipamentos públicos que possibilitassem a participação popular.

Minha vida tem mais satisfação, tem mais comunicação com os outros. Antigamente não, antigamente eu só andava na rua porque não tinha ninguém. Agora eu venho aqui no parque conheço um monte de gente. Então isso ajuda uma pessoa, falar assim: vamos lá não tem nada, vamos ajudar quem não sabe ainda, a gente já sabe e ajuda quem não sabe ainda. (U2)

Eu creio que eu conheci muita gente aqui. (U3)

A convivência com o companheirismo, a amizade que nós fizemos com pessoal que tão fazendo o mesmo exercício, a hidroginástica. A gente troca até telefone, um vai à casa do outro, a gente se comunica com o outro. O convívio social mesmo. Antes a gente não tinha, só os clubes têm esse lazer que a gente pode trazer a família em geral, vêm os amigos, para passar o fim de semana, as amizades que nós fizemos, novas amizades. (U4)

No momento que saímos de casa, que tomamos o ônibus, para vir até aqui, para gente já é uma coisa muito importante, desde o momento que a gente está aqui junto com as colegas, não é só o exercício, vê as colegas também, amizade, não é? (U5)

Você conversa sobre várias coisas, troco idéias, isso é muito bom. Então a gente pergunta alguma coisa da outra. Porque o ser humano não pode se isolar, ele tem que se comunicar e com isso você vai aprendendo. (U6)

Outro aspecto abordado por Requiça e que aparece nas entrevistas é a capacidade que as atividades de lazer podem ter no incentivo as ações de solidariedade e companheirismo.

Vejamos o pensamento do autor e em seguida um trecho da entrevista de U2.

A participação em uma equipe esportiva, pode despertar no indivíduo, o reconhecimento do valor de um esforço em conjunto, do sentido de lealdade para com o grupo, do prazer pelo companheirismo e pela solidariedade (1980, p. 48).

Mudou muito a minha vida porque só de ajudar uma pessoa, sabendo que a gente pode, a gente ajuda. Então mudou bastante a minha vida, porque às vezes você anda assim na rua e fala: ‘para que ajudar aquela pessoa? Eu não conheço para que eu vou ajudar, eu não, deixa ela lá?’ Aí você olha para o lado: ‘bom, e se um dia eu precisar dela e ela não me ajudar?’ Mudou bastante. (U2)

A noção de “vida melhorada” por meio das atividades de lazer foi discutida por esta pesquisa no item que relaciona inclusão social e lazer, no qual trabalhamos com os conceitos

apresentados por Sposati (1997) de autonomia vinculada à idéia de inclusão. Neste item, a concepção de “vida melhorada” por intermédio do lazer aparece novamente nas entrevistas, mas agora relacionada ao desenvolvimento do processo educativo. Nos dois momentos são os usuários que mais se mostram preocupados com o tema. Com exceção de P2, todos os outros entrevistados que citaram o assunto eram usuários. Para esse professor é nítida a importância da qualidade de vida oferecida aos usuários no Centro Popular:

Eu acho que eles discutem bastante a questão da qualidade de vida, questão ligada à saúde mais diretamente [...]. (P2)

Guimarães e Martins (2004), assim como Sposati (1997), fazem relação da qualidade de vida com questões relacionadas com a pobreza, a exclusão ao consumo e as desigualdades sociais. Também é consenso, entre os autores, a necessidade de se estabelecerem programas oriundos de políticas públicas que possam superar tais problemas tão presentes em nossa sociedade. A expressão “qualidade de vida” também tem relação com a oferta de serviços e equipamentos de qualidade, como mostram Guimarães e Martins:

Fala-se de qualidade de vida quando se discute os serviços e os equipamentos que uma cidade ou província disponibiliza aos seus habitantes. Relaciona-se o tema a vida saudável, qualidade de alimentação e nutrição, acesso de determinado grupo ou sociedade a certos bens de consumo ou, mesmo, a espaços e produtos destinados ao lazer, ao turismo ou ao consumo de bens culturais (2004, p. 192).

Ancorados principalmente nessa concepção é que procuramos analisar as entrevistas realizadas no decorrer desta pesquisa; essa perspectiva está presente nas respostas dos sujeitos entrevistados:

Mudou, eu ficava parada em casa, assim, sem fazer algum esporte e eu estava em casa e não estava me cuidando, engordando... eu tinha que fazer exercício. (U1)

E aqui não, eu venho, eu faço a hidro aí eu vou embora e chego mais disposta, me sinto melhor. (U3)

Eu tinha excesso de peso aí com a hidroginástica, com as caminhadas, então ficou bem melhor, eu me sentindo bem para trabalhar, me sentindo bem melhor. (U4)

Olha, eu para mim, mudou assim, a minha saúde, mudou bastante, o meu corpo mudou bastante, a gente sente assim mais leve, a gente sente que tem mais disposição de fazer as coisas, e a gente fica com a mente mais limpa, mais leve, desde o momento que a gente faz uma coisa útil, saída não é? Minha vida melhorou bastante. (U5)

Eles ensinam as ginásticas, não é? os exercícios, e é, com muitas brincadeiras, com música, então isso é muito, você aprende. (U6)

Notamos em relação aos usuários uma sensação concreta de “vida melhorada” após a sua participação nos programas de animação cultural desenvolvidos no Centro Popular, isto é, o lazer como veículo de educação. Na entrevista com P2, por exemplo, a noção de educação para o lazer aparece nitidamente, conforme destacado na página anterior.

Outro aspecto abordado pelos entrevistados, neste item que relaciona o lazer ao processo de educação não formal, foi o da educação para o exercício da cidadania. Mais uma vez nos apoiamos em Requixa, que coloca o lazer como instrumento importante no processo de educação para a cidadania.

[...] o lazer tem sido utilizado, hoje, como o instrumento mais eficaz, porque suave, para impulsionar o indivíduo a desenvolver-se, a aperfeiçoar-se, a ampliar o círculo de seus interesses e responsabilidades, sobretudo, o círculo de sua responsabilidade social, como cidadão (1980, p. 51).

Desse modo, compreendemos cidadania como termo que pressupõe o envolvimento com a vida em comunidade, e como defende Chauí (1990), partilhamos do entendimento de cidadania como pressuposto para a distribuição de renda no Brasil. Nesse sentido, o Estado deve

ser responsável no desenvolvimento de políticas que beneficiem prioritariamente as classes populares na formação do cidadão; essas noções estão presentes nas entrevistas:

Porque é a construção do cidadão não é? Então ele tem que desenvolver em todos os aspectos. Então no crescimento deles como pessoa, não só pela questão da atividade física, ou pela questão do lazer, ou pela questão da recreação, mas pela construção do próprio cidadão, dele aceitar essas diferenças que ocorrem quando eles estão nesse contexto. (P1)

[...] essas questões que a gente fala bastante, do preconceito, a questão do respeito, da cidadania, dos seus direitos. Eu acho que até quando o professor discute sobre os esportes com as crianças, eles trabalham muito essa questão da construção de regras, do que você pode, do que não pode, do que você deve, do que você não deve [...]. (P2)

‘O governo é bonzinho, ele deu isso para gente’; e o que a gente percebe lá no dia-a-dia, até mesmo pelo fato da gente interagir com as pessoas, a gente vê que isso está mudando, que as pessoas estão mais preocupadas em saber falar: isso aqui vem do que eu pago, dos impostos que eu pago, eles já têm esse amadurecimento desse questionamento, de dizer: ‘isso aqui existe também porque o governo pensou, idealizou, mas porque também tem a minha contrapartida de que eu sou um cidadão, é do meu bolso que saiu isso aqui’. Então eles já têm essa concepção, a gente tem pessoas que já pensam dessa forma. (Pa2)

Percebemos, nas entrevistas, que são os professores aqueles que têm maior preocupação com o tema da educação pela cidadania, procurando deixar claro que no desenvolvimento de suas atividades no Centro Popular trabalham as questões que se relacionam à referida temática.

Destacaremos nas entrevistas de P2 e Pa1 trechos de suas considerações que, pelo menos em parte, resumem os impactos de política pública de lazer no processo de educação não formal dos usuários do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer.

De uma maneira geral, verificamos que o impacto nas crianças está mais presente no que diz respeito ao aprendizado de novas modalidades esportivas e conseqüente ampliação de seu repertório psicomotor e também no que se refere às noções de respeito para com o outro,

direitos e deveres básicos, seus limites e capacidade criativa experimentados, principalmente, ao vivenciarem os jogos e suas respectivas regras. Vejamos essa constatação nas entrevistas de P2 e Pa1.

E as crianças eu acho que está sendo, muito essa questão de entender o que é respeitar, o que é direito, o que é dever, quais são os seus limites, então por que aqui é assim, por que não é. Eu acho que essas têm sido as grandes questões. Aprender uma nova modalidade esportiva, eu acho que isso muda, não tem como. (P2)

Em questão motora eu percebia também que as crianças iam praticar outras modalidades, [...]. (Pa1)

Entre os jovens, adultos e idosos, percebemos que o tema central, levantado por todos os entrevistados, está ligado ao convívio social facilitado pelas ações de lazer oferecidas no Centro, além da possibilidade do aumento da qualidade de vida, destacado principalmente por adultos e idosos, e do desejo de encontrar nas atividades vivenciadas no Centro Popular um futuro ainda mais digno, verificado nas entrevistas dos mais jovens.

Essas pequenas questões que estão acontecendo em algumas aulas, a possibilidade de discutir o futebol, se o futebol é para menino ou não, se é aula de ginástica, com que música vai ser, como o trabalho de minha equipe deve ser feito, pensar, nas condições para que os alunos tenham acesso a um número mais de repertório motor, para que eles pudessem participar de diferentes atividades de lazer. O que a gente vem percebendo sim, vem percebendo, com certeza e de uma forma bem satisfatória; o nosso time de futebol feminino é super campeão, as moças da ginástica são super sérias, super envolvidas, as senhoras da hidrogenástica, quantas nunca tinham entrado numa piscina e agora nadam, colocam o rosto dentro d'água, várias crianças mergulhando [...]. (P2)

Para finalizar, destacamos um trecho da entrevista de P2 que exprime parte considerável do impacto de política pública de lazer no processo educativo dos usuários do Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho.

Eu acho que a possibilidade do convívio social muda, e eu acho que de alguma forma, a partir do momento que você está envolvida em alguma atividade de um local, aquele local passa a ser mais teu, você cria uma identidade local. Seja com a estrutura do parque, seja com a comunidade, eles acham que de alguma forma isso acontece sim, com a construção de sua identidade espacial, enfim, social, eu acho que é isso. (P2)

Cada um dos três itens que compõem este capítulo procurou analisar um dos três objetivos propostos por esta pesquisa. Desta forma, em conjunto com as pesquisas bibliográfica e documental, este estudo procurou mostrar as inúmeras relações existentes entre o lazer e o processo de educação dos indivíduos e, principalmente, a importância das políticas públicas de lazer na construção de uma sociedade mais digna e feliz.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa, ao longo do seu desenvolvimento, procurou refletir sobre a construção, a implantação e a implementação da política pública de lazer dos seis primeiros anos do Governo Popular de MS. Por se posicionar no campo democrático-popular, pudemos notar, ao analisar a pesquisa documental que serviu como base para se compreender o processo de formulação e implementação dessa política, conceitos baseados na administração participativa, exercício da cidadania, democratização de serviços e equipamentos públicos, entre outros. Para tanto, realizamos, também uma pesquisa bibliográfica que levantou os conceitos-chave que foram utilizados para nortear as análises e interpretações dos dados elencados neste estudo. O segundo grande interesse desta pesquisa referiu-se ao processo de democratização de equipamentos públicos, mais especificamente equipamentos públicos de lazer, que sejam, prioritamente, situados nas periferias das grandes cidades e tenham o objetivo de possibilitar o acesso da classe trabalhadora a diversas atividades de lazer de forma gratuita e com qualidade. Para tanto, decidimos por estudar o maior e mais bem equipado equipamento público de lazer de Mato Grosso do Sul: o Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer do Bairro Aero Rancho.

Ao analisarmos a implementação de política pública de lazer no Centro Popular do Aero Rancho, procuramos nos debruçar sobre três pontos: no primeiro, analisamos se o Centro Popular oferece oportunidades de inclusão social pelo lazer; no segundo, preocupamo-nos em verificar se os atores do projetos de animação cultural desenvolvido no equipamento vêm relação entre lazer e educação e, no terceiro, procuramos identificar o impacto dessa política no processo educativo dos usuários do Centro Popular.

No que diz respeito ao oferecimento de inclusão pelo lazer, podemos concluir que o Centro Popular possibilitou oportunidades de inclusão dos usuários, na medida em que os

entrevistados ressaltaram os seguintes aspectos: socialização, participação, democratização de acesso de equipamentos públicos, exercício da cidadania, entre outros.

Com relação ao entendimento das relações entre lazer e educação por parte dos atores do projeto, chegamos à conclusão que os professores e os professores acadêmicos compreendem com maior clareza essas relações. Já os usuários mostram em suas entrevistas mais dificuldade no entendimento das relações existentes entre lazer e educação, embora tenhamos verificado, ainda por parte de alguns usuários, a relação da educação com uma visão funcionalista do lazer.

O último ponto analisado por esta pesquisa, e que, de certa forma, mereceu maior interesse, foi procurar identificar o impacto da política pública de lazer no processo educativo dos usuários do Centro Popular ou mais especificamente no processo de educação não formal desses usuários.

Verificamos que, ao analisar as entrevistas realizadas, o impacto no processo educativo modifica-se conforme as diversas fases da vida dos indivíduos e suas funções desenvolvidas no Centro Popular. Entre os professores e professores acadêmicos há uma maior preocupação com a vivência esportiva e, conseqüentemente, com a experiência motora das crianças. Entre os jovens, provavelmente por pertencerem em sua maioria a famílias de menor poder aquisitivo, há um desejo de que, por causa das oportunidades vivenciadas no Centro Popular, possam ter melhores perspectivas de futuro. Para os adultos e idosos, há uma forte percepção do impacto das atividades de lazer na melhoria da qualidade de vida pela sua correlação com a saúde e, principalmente, do aumento significativo dos fatores que elevam o convívio social ou a socialização.

Finalmente, parece inquestionável que uma política pública efetiva deva ser constituída com base nos interesses e necessidades do conjunto da população e também a necessidade de

trilharmos um caminho que nos leve a uma civilização que valorize, cada vez mais, as experiências vivenciadas no campo do lazer e suas possíveis e necessárias relações com a educação. E que, por sua vez, essas vivências possam ser definitivamente entendidas como direitos sociais e, portanto, obrigações do Estado.

REFERÊNCIAS

A) Livros, Periódicos e Outros

ANTUNES, Ricardo. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas teses para discussão. In: BRUHNS, Heloísa Turine; GUTIERREZ, Gustavo Luiz (Org.). **Representações do lúdico**. Ciclo de Debates Lazer e Motricidade, 2. Lutierrez. Campinas: Editores Associados, 2001.

ARANTES, Antonio A. **Horas furtadas**: dois ensaios sobre consumo e entretenimento. Campinas: IFCH, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 116 p. (Coleção Primeiros Passos, 20)

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional n° 26/2000**. Dá nova redação ao art. 6° da Constituição Federal. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 436 p.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1990.

GOMES, Christianne Luce. Lúdico. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 141-146.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 100 p. (Coleção Primeiros Passos, 104).

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980. 180 p.

GUIMARÃES, Euclides; MARTINS, Vera Lúcia Batista. Qualidade de vida. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.191-195.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 131 p.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 117 p. (Coleção Primeiros Passos, 54).

MACEDO, Carmem C. Algumas observações sobre a questão da cultura do povo. In: VALLE, Edênio; QUEIROZ, José (Org.) **A cultura do povo**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 1992, 144 p.

- MAGNANI, G. C. José. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARCELLINO, N. C. A alegria é a prova dos nove. **Impulso**, Piracicaba, SP, v. 16, n. 39, p. 9-14, jan./abr. 2005.
- _____. **Capacitação de animadores sócio-culturais**. Campinas: UNICAMP, FEF, DEL; Brasília: MED, SEED, PFDC, 1994. 48 p.
- _____. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Editora Autores Associados, 1996a. 100 p.
- _____. **Lazer e educação**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998. 164 p.
- _____. _____. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- _____. Subsídios para uma política de lazer. O papel da administração municipal. In: _____ (Org) **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996b.
- MARTINS, Clélia. **O que é política educacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 73 p. (Coleção Primeiros Passos, 282).
- MELO, Victor Andrade de. Animação cultural. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 12-15.
- NASCIMENTO, E. P. do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. cap. 2, p. 56-87.
- POCHMANN, M. et al. (Org.). **Atlas da exclusão social**: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. In: São Paulo: Cortez, 2005. v. 5.
- REQUICHA, Renato. **Sugestão de diretrizes para uma nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980. 103 p. (Série Lazer, 2).
- ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço público. In: **Lazer numa sociedade globalizada**. Leisure in globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.
- ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 90 p. (Coleção Primeiros Passos, 219).
- RUIZ, O. A. A concepção de política de inclusão social e a contribuição do esporte. In: ROSA, A. M. (Org.). **Esporte e sociedade**: ações socioculturais para a cidadania. São Paulo: IMK, 2004. p. 49-61
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Prefácio. In: MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e educação**. 4 ed. Campinas, Papyrus, 1998. p. 9-12.

SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 18, n. 55, p. 9-38, nov. 1997.

TERRA, Rodrigo. Esporte e lazer: uma experiência no Estado do Pantanal. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Estudo 8, p. 175-188.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. 102 p. (Coleção Polêmica do nosso Tempo, 49).

WERTHEIN, J. Esporte: uma estratégia para a vida. In: ROSA, A. M. (Org.). **Esporte e sociedade**: ações socioculturais para a cidadania. São Paulo: IMK, 2004. p. 115-127.

B) Documentos

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 2.704, de 11 de novembro de 2003. Institui a política estadual para o esporte e lazer, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Campo Grande, MS, n. 6.122, 12 nov. 2003. p. 1-13.

MOVIMENTO Muda MS. **Programa de governo muda MS**. Campo Grande, MS, 1998a.

_____. **Treze pontos do esporte e lazer para MS**. Campo Grande, MS, 1998b.

MOVIMENTO o Novo Mato Grosso do Sul. **Programa de governo para o novo Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, 2002.

PLANO DE CONSOLIDAÇÃO e modernização do esporte e lazer em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2003. 5 p. Fotocópia.

PLANO de desenvolvimento e popularização do esporte e lazer em Mato Grosso do Sul para 2000: cidadão em ação. Campo Grande, MS: FUNDESPORTE, 2000. 19 p.

PLANO ESTRATÉGICO 2001. Campo Grande, MS: FUNDESPORTE, 2001. 23 p.

UCDB-Universidade Católica Dom Bosco. Pró-Reitoria Comunitária. Projeto-Atividade: Extensão. **Projeto de esportes e lazer comunitário**. Campo Grande, MS, 2003. 13 p.

ANEXOS

ANEXO 1 – Quadro de categorização dos documentos

Documento	Categoria I	Categoria II	Categoria III
<p>Doc. 1 (Programa de Governo para Mato Grosso do Sul – 1998)</p>	<p>Os aparelhos públicos esportivos e recreacionais pouco têm a oferecer em termos de atividades que se resumem em cursos de modalidades esportivas, excluindo assim o cidadão comum que não tem pretensão de se tornar um atleta ou disponha de tempo para frequentar os cursos. P.39.</p> <p>Implantar políticas públicas com relação aos espaços e equipamentos de esporte e lazer, não só no que diz respeito ao número e à qualidade, mas dando atenção aos valores culturais de cada região e compreendendo a especificidade de cada classe social, sem deixar de levar em conta a opinião da comunidade. P. 39.</p>	<p>Uma necessidade e direito de todo cidadão. P.39.</p> <p>Esporte numa concepção democrática e popular, dando oportunidades a todos, independentemente de classe social ou faixa etária. P. 39</p> <p>Preocupação de um projeto contínuo que vise dar à população o devido acesso às atividades físicas esportivas e recreacionais. P.39.</p> <p>Proporcionar o acesso da população às atividades esportivas e recreacionais. P.39.</p> <p>Democratizando e garantindo o acesso de toda a população a diferentes formas de lazer. P.39.</p>	

Continua

Continuação

Documento	Categoria I	Categoria II	Categoria III
<p>Doc. 2 (Os 13 pontos do Esporte e Lazer para MS)</p>	<p>Implantar políticas públicas com relação aos espaços e equipamentos de esporte e lazer, não só no que diz respeito ao número e à qualidade, mas dando atenção aos valores culturais de cada região e compreendendo a especificidade de cada classe social, sem deixar de levar em conta a opinião da comunidade.</p>	<p>Esporte e o Lazer têm fundamental importância na formação da cidadania.</p> <p>Garantindo o acesso de toda a população a diferentes formas de lazer.</p> <p>Dedicar atenção especial para alguns segmentos da sociedade: (menos hábeis, idosos, mulheres, índios e principalmente portadores de necessidades especiais) que historicamente vêm sendo discriminados na relação com o esporte e o lazer.</p> <p>Democratizar o espetáculo esportivo é também de competência do governo garantir o acesso ao espetáculo esportivo para o conjunto da sociedade.</p>	

Continua

Continuação

Documento	Categoria I	Categoria II	Categoria III
<p>Doc. 3 (Programa de Governo de MS – 2002)</p>	<p>Proporcionar as diferentes formas de lazer a toda população sul-mato-grossense, democratizando, ainda mais, as atividades esportivas e recreativas. P. 97.</p> <p>Estimular a conscientização da sociedade para os benefícios de atividades físicas e do esporte. P. 97.</p> <p>Ampliar as políticas públicas para os espaços e equipamentos de esporte e lazer, considerando a aquisição, a construção e a manutenção. P.97.</p> <p>Fomentar projetos contínuos com relevância social, para favorecer o envolvimento mais duradouro dos participantes. P. 98.</p> <p>Priorizar o esporte comunitário devido ao seu grande apelo social, atendendo a todos os segmentos e valorizando as manifestações esportivas de nossa cultura. P. 98.</p>	<p>Sendo que a nossa ação se manterá voltada para uma política de esporte e lazer que busque alcançar a todos, sem distinções, respeitando as peculiaridades regionais e culturais. Com a finalidade de consolidar o direito ao lazer e esporte para toda a população do Estado. P. 96.</p> <p>Implantar políticas públicas específicas para os segmentos da sociedade que, historicamente, vêm sendo discriminados na relação com o esporte e lazer. P. 97.</p> <p>Democratizar o espetáculo esportivo. P. 97.</p> <p>Estimular a descentralização da gestão de políticas públicas de esporte e lazer, ampliando a participação popular. P. 97.</p>	<p>Desenvolver políticas públicas na área do esporte educacional, estreitando parcerias com as secretarias de educação estadual e municipal, visando o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes ao priorizar a iniciação esportiva. P. 97.</p>

Continua

Continuação

Documento	Categoria I	Categoria II	Categoria III
<p>Doc. 4 (Plano de Desenvolvimento e Popularização do Esporte e Lazer de MS – 2000)</p>	<p>Encontrar formas concretas para democratizar os espaços e equipamentos esportivos e de lazer, ampliando e melhorando o nível de participação popular, visando a promoção do Esporte, da Cultura Corporal e do Lazer, buscando a saúde e o bem estar social do cidadão. P. 05.</p>	<p>Proporcionar o envolvimento de um maior número possível de participantes em atividades de Lazer, buscando a saúde e o bem estar social com a perspectiva da transformação pessoal e social do indivíduo. P. 04</p>	<p>Portanto as políticas para o Esporte e o Lazer têm que estar comprometidas com os processos emancipatórios da sociedade. P. 04.</p> <p>Introduzir ações sistemáticas que apontem para uma conscientização sobre o papel do Esporte e Lazer na formação das pessoas. P. 05.</p> <p>É necessário assegurar o valor educativo desta prática social, onde todos os participantes terão as mesmas possibilidades de aprender o esporte. P. 06.</p> <p>Onde se busca desenvolver o valor sócio-educativo do ato de brincar, ler e cantar. P. 09.</p> <p>Elemento importante para a socialização e promoção da educação permanente, e como consequência à educação para o lazer. P.0 9</p> <p>A FUNDESPORTE, através de seus técnicos, entende que deve oportunizar as comunidades, esta forma de lazer, visto que esta ação apresenta um valor social importante, pois qualifica a educação e fortalece a cultura. P. 09.</p>

Continua

Continuação

Documento	Categoria I	Categoria II	Categoria III
Doc. 5 (Plano Estratégico – 2001)	Implantar políticas públicas com relação aos espaços e equipamentos de esporte e lazer, não só no que diz respeito ao número e à qualidade, mas dando atenção aos valores culturais de cada região. P. 08.	Proporcionar o acesso da população às atividades esportivas e de lazer como forma de ocupação do tempo disponível, atuando na defesa da cidadania. P. 08	O segundo princípio norteador da proposta é a educação para o esporte e lazer entendida como um processo permanente, em busca de uma vida melhor para todas as pessoas. P. 04. Promover o esporte e o lazer, buscando a saúde e o bem-estar social com a perspectiva da transformação pessoal e social do cidadão. P. 08. Investir em projetos que não se esgotem em si mesmos, de modo a favorecer o envolvimento duradouro dos participantes, com isso, criando oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social das comunidades. P. 08.
Doc. 6 (Plano de Consolidação e Modernização do Esporte e Lazer em MS – 2003)		O modelo de gestão da Política Pública Estadual de Esporte e Lazer que orienta a atuação da Fundação está centrada na administração participativa. P. 01.	O segundo princípio norteador é a educação para o esporte e lazer, pela qual se busca sensibilizar as pessoas para a importância da prática esportiva e do lazer como legítimo direito de todos em busca de uma vida melhor e mais saudável. P. 02
Doc. 7 (Projeto:Atividade/Extensão – UCDB)	Implantar um projeto de intervenção comunitária pautado no oferecimento de atividades		

Continua

Continuação

Documento	Categoria I	Categoria II	Categoria III
	<p>esportivas para a população residente nas adjacências do Parque Ayrton Senna, buscando a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas, bem com a construção de um modelo de uma estrutura de animação para o local, envolvendo a participação da população local em sua elaboração. P. 03.</p>		
<p>Doc. 8 (Lei 2.704/2003)</p>	<p>O investimento de recursos para a infra-estrutura dos espaços públicos esportivos e de lazer. P. 04.</p>	<p>Humanização: caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes, entendendo o homem como sujeito de toda ação. P. 01.</p> <p>Direito de participação: expresso pela livre prática do esporte e do lazer, nas atividades formais e não-formais, conforme o interesse de cada um. P. 01.</p>	<p>II – Educação: voltada ao desenvolvimento pleno do cidadão, como ser autônomo e participante, priorizando a aplicação de recursos públicos ao esporte educacional. P. 01.</p>

Continua

Continuação

Documento	Categoria I	Categoria II	Categoria III
		<p>Universalidade e democratização: asseguradas por ações que priorizem atuações coletivas, garantindo a inclusão e considerando os recursos exigidos sem quaisquer distinção ou discriminação. P. 01.</p> <p>Democratizar e assegurar a participação espontânea da população sul-mato-grossense nos programas e projetos esportivos e de lazer. P. 03.</p> <p>Garantir a prática esportiva regular em todas as formas de manifestação esportiva: de participação, educacional, de rendimento e paradesportiva. P. 03.</p> <p>Serão direcionadas à valorização da inter-relação homem/sociedade, visando ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida, favorecendo a participação ativa da sociedade e de todas as entidades e instituições abrangidas pelo Sistema Esportivo e de Lazer de Mato Grosso do Sul. P. 03.</p>	

Continua

Continuação

Documento	Categoria I	Categoria II	Categoria III
		<p>O Estado de Mato Grosso do Sul, Municípios, fundações instituídas pelo Poder Público e os entes responsáveis pelo fomento e população sul-mato-grossense, constituirão o Sistema Estadual de Esporte e Lazer, tendo como objetivo garantir a prática esportiva regular formal e não-formal e o lazer, inspirados nos fundamentos constitucionais do Estado democrático de direito. P. 04</p> <p>O Estado incentivará a descentralização do processo de tomada de decisões e as ações, assim democratizadas, propiciarão oportunidades de acesso a toda a população, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e promover a participação comunitária. P. 07</p>	

ANEXO 2 – Quadro de categorização das entrevistas.

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3	Outras Informações
P 1	<p>Professora UCDB 33 anos Tempo no Projeto: 1 ano e meio</p>	<p>Proporcionar para as pessoas uma atividade não apenas pela atividade como o fator saúde, mas que eles descubram o parque, que ele está ali para eles utilizarem o parque, como uma forma de lazer, seja dentro do próprio projeto da UCDB, seja nos finais de semana, na piscina, ou nas quadras, em volta do complexo coberto e assim por diante.</p> <p>A gente vê que às vezes a pessoa chega sozinha na atividade, não conhece ninguém e em pouco tempo ela já está se socializando com todo mundo. Para as crianças descobrirem aquela atividade, manterem essa relação com os acadêmicos, como seus professores, o respeito que eles têm com eles, deles estarem incluídos em um grupo, muitas vezes pessoas que moravam ali próximas da casa dele e eles não conversavam, não conheciam</p>	<p>Se eu me proponho a fazer uma atividade no parque por uma questão de lazer, por mais que eu esteja indo lá, fazendo uma atividade por lazer, fui lá porque eu vou acompanhar minha vizinha pra fazer essa atividade, mas eu acabo indo lá e eu aprendo algo, eu aprendo tanto questões comuns de aprender com a convivência, em conjunto com outras pessoas, pois tem outros pensamentos ou outra cultura porque nós não vemos pessoas só aqui de Mato Grosso do Sul.</p> <p>Então a gente tenta observar o quê? Quando é questão das crianças que nunca tiveram contato com essa atividade, colocar esses conteúdos de forma não técnica, ou seja, daquela forma tecnicista, é o treinamento que você vai fazer aqui</p>	<p>Mas, depois que começou o projeto os pais que conversam com a gente dizem que eles têm muito mais confiança em ir para piscina, mais despreocupados com essa questão, porque eles estão vendo que realmente os filhos estão aprendendo nas aulas do projeto.</p> <p>Tem o aprendizado deles, por exemplo, eu vejo assim, a sociabilização deles, de aprenderem a viver dentro de um grupo, de tentar aceitar as diferenças que existem no grupo.</p> <p>Só a questão da socialização, de aprender a fazer amizades, de aceitar até as outras pessoas que</p>	<p>Inclusive perguntam sobre a continuidade do projeto nas férias, por que eles têm que ficar sem atividades nas férias? Por que o projeto pára nas férias? Porque muitos não estão de férias, eles querem que continue o projeto nas férias, para continuar naquela atividade.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
		<p>e começaram a ter esse ciclo de amizade, e me parece que em certos grupos eu me lembro, eles fazem festas quando se reúnem com todo aquele grupo da atividade.</p> <p>Então eu acredito que o projeto é bastante importante pra essa questão da inclusão de qualquer pessoa, independente se ela tem algum problema físico ou não, mental ou não, que já está ocorrendo nesse projeto, que a gente está atendendo algumas pessoas, na piscina, que tem algum probleminha e que está fazendo parte, junto com a turma do grupo.</p> <p>Então existem, aquelas pessoas que ficam muito dentro de casa, a gente atende um público que é, por exemplo, aposentado ou é dona de casa que vai para o parque para sair daquela rotina que sempre de casa. E de repente surgiu essa opção de ir ao parque fazer uma atividade completamente diferente, que ela nunca tinha tido a oportunidade de experimentar, e de repente ela está lá, vai fazer uma atividade de duas vezes, ela se sociabiliza com outras pessoas.</p>	<p>para aprender. Então a gente tenta abordar os conteúdos de forma a ter jogos educativos, ter brincadeiras, ensinar aqueles conteúdos específicos de cada atividade que as crianças estão fazendo através de brincadeiras.</p> <p>Elas vão lá, por exemplo, para fazer uma recreação, ou seja, vão lá para brincar dentro da água ou elas vão lá, para aprender, a nadar. Então a gente tenta, em forma de brincadeira, colocar aqueles movimentos da atividade que ela possa aprender aquele conteúdo.</p> <p>É muito comum ocorrer duas ou três pessoas não serem muito aceitas pelo grupo por não conseguir realizar determinado objetivo que o professor propôs. Ocorre o quê? O grupo tende a excluir. Então de uma forma geral o que se tende fazer?</p> <p>Tratar o grupo como um todo, então que eles aprendam a conviver com as suas diferenças e aceitem os outros do grupo, porque têm aquelas pessoas que conseguem e que não conseguem, e que estão dentro do grupo que têm que ser aceitas.</p>	<p>não suas amigas, mas ter essa diferença... Eu vejo esse outro tipo de aprendizado ocorrendo também.</p> <p>Porque é a construção do cidadão, não é? Então ele tem que desenvolver em todos os aspectos.</p> <p>Então no crescimento deles como pessoa, não só pela questão da RCVA ou pela atividade física, ou pela questão do lazer, ou pela questão da recreação, mas pela construção do próprio cidadão, dele aceitar essas diferenças que ocorrem quando eles estão nesse contexto.</p> <p>De repente o pai que tem atividade e eu vou mudar a minha rotina, se antes eu só estava em casa, então agora eu tenho um momento meu.</p> <p>É a mudança da rotina diária dele.</p> <p>É a questão da socialização, a questão dele fazer amizade, dele sair até do próprio grupo que ele tinha anteriormente, formar outro grupo, fora o grupo que ele tem lá dentro do projeto, e que ele pode transferir esse grupo depois para continuar essa ligação com esse grupo, mesmo depois fora da atividade. Eu acho que é isso aí.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
P 2	<p>Professora UCDB 33 anos Tempo no Projeto: 1 ano e nove meses</p>	<p>Sobretudo refletir sobre algumas questões que não dizem respeito à área biológica. Penso assim: discutir sobre as questões de lazer, discutir as questões pedagógicas, sobre o que é o registro, o olhar.</p> <p>Então, a gente esbarra muito na formação deles também.</p> <p>É muito mais fácil, eles se engajam muito mais quando tem uma proposta de pesquisa de rendimento, de medição, de medir a avaliação, do que propriamente dito quando você quer transformar o professor, no professor pesquisador.</p> <p>Em relação à comunidade também, a gente já começou fazer as reuniões, preparação da festa, teve uma boa participação da comunidade envolvida no projeto, as reuniões estavam acontecendo super legais. Na primeira reunião a gente esperava 10 a 20 pessoas, tinha mais de 50, foi muito legal, num sábado à tarde, às 4 horas da tarde, quase não cabia mais gente dentro da sala, foi muito legal.</p> <p>E era legal porque tinha criança, tinha senhoras da hidroginástica, tinha mães dos alunos, eu acho que isso foi um avanço</p>	<p>Eu acho que junto com os acadêmicos, o tempo inteiro, na formação deles, no refletir qual é o papel deles dentro do trabalho comunitário, qual é o trabalho deles como educadores, eles não estão ali simplesmente, vou somente para transmitir um conhecimento técnico, mas por outras questões que podem ser abordadas, que outras questões eles podem trabalhar.</p> <p>É uma coisa que a gente conversa muito com eles, todo início de semestre a gente lê o mesmo texto pra eles, falamos sobre a questão do respeito, da tolerância, da educação e não impõe o seu conhecimento, porque o seu conhecimento não é o melhor e não é o principal, cuidado com o que a comunidade já sabe e respeite isso, que avance a partir daí.</p> <p>E eu acho que na medida em que eles conseguem trabalhar isso nas atividades deles, com os alunos deles, isso também é transmitido para os alunos. Então a questão de respeito, de companheirismo mesmo, de solidariedade. A questão da cidadania, a questão dos direitos que eles têm, dos deveres que eles têm, isso tudo são questões que a gente trabalha bastante com os acadêmicos e os acadêmicos com os alunos da comunidade.</p>	<p>Eu acho que o conhecimento técnico esportivo, as técnicas esportivas. Eu acho que eles discutem bastante a questão da qualidade de vida, questão ligada à saúde mais diretamente, enfim, essas questões que a gente fala bastante, do preconceito, a questão do respeito, da cidadania, dos seus direitos. Eu acho que até quando o professor discute sobre os esportes com as crianças, eles trabalham muito essa questão da construção de regras, do que você pode, do que não pode, do que você deve, do que você não deve. Enfim, eu acho que essas questões de alguma forma elas permeiam esses conteúdos. E a gente pode dizer que são os conteúdos transversais da educação, alguma coisa assim, a questão da sexualidade, do preconceito, o tempo inteiro discutido.</p> <p>Essas pequenas questões que estão acontecendo em algumas aulas, a possibilidade de discutir o futebol, se o futebol é pra menino ou não, se é aula de ginástica, com que música vai ser, como o trabalho de minha equipe deve ser feito, pensar, dar condições para os alunos tenham acesso a um número mais de repertório motor, pra que eles pudessem participar de diferentes atividades de lazer.</p>

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
		<p>muito grande, mas pena que por conta do problema do parque a gente teve duas semanas sem atividades, então o projeto esvaziou, daí a gente está vendo como é que vai fazer para retomar e só faltam duas semanas, mas enfim estamos aí, no vendaval, levando.</p> <p>Muitas pessoas vão, no seu tempo disponível, procurar uma coisa que elas querem e, acho que pinta o grande carma do projeto, porque eu acho que as atividades são impositivas não participativas porque ninguém nunca perguntou pra elas o que elas querem fazer, nunca a gente conseguiu esse espaço.</p> <p>Eu acho um absurdo algumas coisas, como foi posto, mas não sei quais as atividades que elas gostariam de estar fazendo, mas fazem as atividades que a gente pode oferecer. No meu entendimento ele é um projeto de lazer, é a construção ou deveria ser a construção, para que as pessoas pudessem construir o momento dela, do não trabalho, da não escola, do jeito que ela quisesse e, acho que esse é o grande desejo que a gente tem em relação ao projeto.</p>	<p>Na verdade, discutimos muito a educação para o lazer, se você não se envolve em uma atividade de lazer, se você não é educado para isso, já que a gente é educado o tempo inteiro para o trabalho, a gente vive em sociedade de educação para o trabalho, e não em uma sociedade de educação para o lazer. Mas, independente disso, eu acho que a gente no centro um espaço ímpar, vamos dizer assim, o tipo de projeto que a gente trabalha que é justamente pra trabalhar essa relação.</p> <p>Se educa de diferentes formas, diferentes questões em todos os lugares.</p> <p>Então eu acho que entender que aquele espaço só vai ser construído do jeito que a gente quer, na medida em que a gente consiga educar as pessoas que participam do projeto, e educar a gente também, porque a gente também é transformado e, enfim, reflete o tempo inteiro.</p>	<p>O que a gente vem percebendo sim, vem percebendo, com certeza e de uma forma bem satisfatória; o nosso time de futebol feminino é super campeão, as moças da ginástica são super séries, super envolvidas, as senhoras da hidroginástica, quantas nunca tinham entrado numa piscina e agora nadam, colocam o rosto dentro d'água, várias crianças mergulhando, sem dúvida!</p> <p>Só o fato de ter um grupo de pessoas juntas, já é diferente do que cada um fazer na sua casa, então só essa troca, de saber o problema do outro, de saber o teu problema, qual é o teu sonho, qual não é o teu sonho, e o que a gente junto pode conversar e quem sabe se tem a solução ou não tem. Só essa troca mesmo, de vida, eu acho que é um sonho muito grande, e é isso que a gente vai percebendo. As atividades que envolvem os adultos, sobretudo, os pós-aula é melhor do que as aulas, as pessoas ficam, sobretudo as senhoras, quase que não dá tempo de fazer o arroz e o feijão para os filhos quando chegam da escola! E as crianças eu acho que está sendo, muito essa questão de entender o que é respeitar, o que é direito, o que é dever, quais são os seus limites, então por que aqui é assim, por que não é. Eu acho que essas têm sido as grandes questões.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
		<p>Os acadêmicos, os professores que são os acadêmicos eles já estão construindo as atividades com os alunos. Por exemplo, na ginástica, está tudo pensado que música vai tocar, que tipo de ginástica elas vão fazer, qual a realidade que elas querem, o quê que elas querem. Então, é interessante até que é um trabalho que eu vou começar orientar agora as meninas foram fazer aula de dança com os pais para aprender passos da idade dos pais, para entender que movimento é esse que elas queriam, corporal pra trabalhar.</p> <p>Na aula de futsal é a mesma coisa, o futsal feminino está tendo reunião periódica com os pais, para discutir o que é isso da mulher jogar, porque as meninas podem jogar futebol; muitas não deixam, muitas proibem, daí o que a Andréia faz? Ela vai na casa conversar com o pai e com a mãe, ela vai na comunidade discutir o que é isso [existe muita resistência] futebol de menina. É bastante legal, acho que são pequenos passos.</p> <p>Eu acho que tem uma influência sim, pode ter, pequena em relação à saúde, dessa questão biológica. Uma questão para as mulheres, que a gente tem pesquisa lá, que</p>		<p>Aprender uma nova modalidade esportiva, eu acho que isso muda, não tem como. Eu acho que a possibilidade do convívio social muda, e eu acho que de alguma forma, a partir do momento que você está envolvida em alguma atividade de um local, aquele local passa a ser mais teu, você cria uma identidade local. Seja com a estrutura do parque, seja com a comunidade, eles acham que de alguma forma isso acontece sim, com a construção de sua identidade espacial, enfim, social, eu acho que é isso.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
		<p>está sendo uma transformação, muito interessante, é a constituição de grupo de mulheres, que vão pra lá chorar as mágoas porque trabalham fora, porque trabalham em casa, porque o marido faz isso, o marido acha que ela está gorda, porque a mulher tem que rebolar o dia inteiro, aquela coisa que cabe à mulher. Então, eu acho que já são questões que o projeto tem possibilitado esse tipo de questão. Eu acho que para as crianças, eu não sei se avança muito, se seria uma vivência esportiva, eu acho que não, eu acho que não avança, eu acho que de uma forma geral não avança, de uma forma geral o projeto está muito voltado pra vivência esportiva, tirando esses casos que estávamos colocando, mas acho que de uma forma geral está influenciando muito nesse sentido, a prática por um esporte, por uma atividade física, enfim.</p>		

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
Pa 1	Professor/acadêmico 21 anos Tempo no Projeto: 2 anos	<p>A importância do projeto seria proporcionar uma atividade diferenciada na vida das pessoas, porque muitas vezes as pessoas não têm uma oportunidade de praticar uma atividade física, praticar um exercício físico, que se julga hoje em dia com níveis de obesidade aumentando, várias questões de estresse e depressão, seria um dos benefícios, o direito da população, pois o estado deve ter uma política direcionada pra essa prática.</p> <p>São atividades que procuram ter uma ligação entre elas, mas sem aquele vínculo de exclusão, aquela questão de exclusão e sim de inclusão. Então, todas as pessoas que vêm até nós pra entrar no projeto, participar do projeto, todas as pessoas podem participar livremente. As atividades são desenvolvidas de uma forma geral para todas, não tem nada específico, “vou ter com os melhores, ou fazer uma atividade física com vocês”; é uma coisa geral, é uma coisa que beneficia o todo.</p>	<p>Então eu não posso fazer só um trabalho motor e deixar o cognitivo da criança, da pessoa pra trás, eu tenho que fazer essa pessoa pensar o que ela está fazendo, o que ela está desenvolvendo, o que eu quero para ela. Então, seria nesse sentido.</p> <p>Eu posso ter um lazer educativo... Assim, todo lazer na vida de uma pessoa, se é importante pra pessoa é educativa para ela. Então, se a pessoa gosta de fazer, praticar, de passar por um momento de lazer, fazendo aquilo lá, de uma maneira simplória, é uma questão educativa para pessoa. Então vai contribuir em alguma coisa para pessoa.</p>	<p>Eu não vou só ensinar a criança chutar a bola, a criança receber uma bola, mas sim a criança remessar, a criança correr, andar, saltar. Então, a habilidade que as pessoas vão utilizar pra outras atividades também.</p> <p>A questão de interação social, sociabilização da criança, nota-se, pelo menos nas aulas que eu desenvolvia, eu notava que as crianças não se conheciam. Elas eram crianças de bairros vizinhos ou do mesmo bairro, só que não se conheciam e com o decorrer das aulas, elas já estavam brincando juntas depois da aula, interação bem melhor, indo embora juntas e se encontrando em outro espaço pra fazer outra atividade. A questão cognitiva, a questão de opinar na aula, às vezes eu estava aplicando um exercício, uma atividade de futsal, mas não tinha nada a ver com futsal. Então a questão cognitiva, às vezes eu estava dando uma atividade, um exercício, e a criança sugeriu uma coisa: “olha professor eu acho que é melhor assim, acho que é interessante fazer assim”. Eu falava.</p> <p>Em questão motora eu percebia também que as crianças iam praticar outras modalidades, aí depende muito da questão do contexto também.</p>

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
				<p>Essas questões que eu acabei de dizer, socialização, questão cognitiva, questões afetivas de uma maneira geral, no qual eu trabalho não só com a questão motor, como eu te falei. Então, com o três domínio do comportamento humano: sócio-afetiva, cognitiva, e o motor.</p> <p>Ficam ali, aquele momento todo, aquele intervalo, aquela folga, vamos dizer assim, elas ocupam com atividades que irão contribuir de uma forma geral, vão contribuir pra sua formação como ser humano, não só a escola, mas sim um outra vivência, um outro contexto que ela adentra.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
Pa 2	<p>Professora/acadêmica. 34 anos Tempo no Projeto: 1 ano e meio</p>	<p>É um projeto que tem como objetivo a integração das pessoas no parque, trazer as pessoas pra dentro do parque para que elas ocupem o espaço que está lá, que foi colocado à disposição da comunidade.</p> <p>Olha, é uma oportunidade que ela não tem em outro lugar, o que a gente sente é que é um espaço que a comunidade descobriu. Ela ainda não entendeu que aquilo é dela, mas com o trabalho que a gente está tendo lá no projeto, ela já está despertando, saber que aquele espaço tem que ser ocupado por eles mesmos, eles ainda acham que a gente está ali fazendo um favor muito grande. Mas eles já sabem que aquilo ali não é um favor, é o mínimo que se tem que fazer, está se colocando à disposição das pessoas.</p> <p>A orientação que nós temos dentro do projeto é exatamente isso, saber trabalhar com comunidade, mas não levamos tudo pronto, construímos junto com ela, respeitando sua individualidade. Que nós não estamos lá dentro só para levar alguma coisa, tudo pronto, não, a gente trabalha buscando a individualidade de cada um também, dentro do projeto.</p>	<p>Eu acho que a educação tem que promover o lazer.</p> <p>A educação sem lazer, não funciona e o lazer também separado, fora da educação... é uma integração, tem que haver uma integração.</p> <p>É isso que a gente estava falando, porque a gente busca oferecer programas educativos também, não é? Principalmente nas aulas que a gente leva, que são dadas no parque, principalmente com as crianças a gente fala da importância da escola, o importante não é você ir lá “ah! eu gosto de futebol, gosto de voleibol, eu desisti da escola pra praticar esporte”. Isso não, aí a gente procura passar que tudo tem sua hora, a hora do lazer como a gente disse, é na hora disponível, no tempo livre, o caboclo foi à escola voltou, fez o dever que tem que fazer em casa, aí eu vou para o lazer. Com a educação é a mesma coisa: ela tem que ser construída junto. Então a gente procura construir junto.</p>	<p>Mas como o projeto não tem essa finalidade a gente procura fazer com que as crianças aprendam o máximo possível e todas elas fazem algum conhecimento da modalidade que ela se propôs a fazer.</p> <p>Olha, a inter-relações interpessoais mesmo, por exemplo, a própria convivência; a gente cria uma sociabilização entre as crianças, entre as pessoas, até mesmo os adultos que participam das modalidades, das atividades do parque, então há uma integração.</p> <p>“Por que não tem armário, por que o armário está dessa forma?” Então é uma coisa que eles estão aprendendo, já estão despertando neles essa curiosidade, ou até mesmo interesse é preocupação com o local, de zelando pelo espaço que tem.</p> <p>“O governo é bonzinho ele deu isso para gente”; e o que a gente percebe lá no dia -a-dia, até mesmo pelo fato da gente interagir com as pessoas, a gente vê que isso está mudando, que as pessoas estão mais preocupadas em saber falar: isso aqui vem do que eu pago, dos impostos que eu pago, eles já têm esse amadurecimento desse questionamento, de dizer: “isso aqui existe também porque o governo pensou, idealizou, mas porque também tem a minha contrapartida de que eu sou um cidadão, é do meu bolso que saiu isso aqui”. Então eles já têm essa concepção, a gente tem pessoas que já pensam dessa forma.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
U 1	<p>Usuária/adolescente 16 anos</p> <p>Tempo no Projeto: Desde o ano passado (2003).</p>	<p>Eu não sabia jogar nada de vôlei nem de futsal, o que eu sei então foi por eles, senão eu não sabia nada.</p> <p>Tira muita gente das drogas, da rua e aprende também, para gente não ficar à toa aí a gente vem pra cá treinar.</p> <p>Tem hora de se divertir, de lazer também, que é ficar na frente do vídeo, da televisão, é bom jogar vôlei também.</p> <p>Muda, que no futuro eu penso ser um jogadora de vôlei. O meu pai queria que eu formasse em direito, só que eu quero ser uma jogadora de vôlei e de futebol.</p>		<p>Tira muita gente das drogas, da rua e aprende também, para gente não ficar à toa aí a gente vem pra cá treinar.</p> <p>Se preocupa. Eu acho que para tirar a pessoa da rua, para tirar as pessoas das drogas, que eu conheço gente que usa droga, saiu e está agora jogando futebol.</p> <p>Respeitar os outros, educação com os outros.</p> <p>Eu acho, porque antes de eu vir pra cá eu não tinha amizade, eu ficava trancada em casa, aí eu vim pra cá conheci gente nova, os professores são ótimos.</p> <p>Hoje eu tenho respeito por meu pai, eu comecei a ter respeito com ele por causa do vôlei, a professora faz a gente seguir, a gente tem que respeitar os outros.</p> <p>Mudou, eu ficava parada em casa, assim, sem fazer algum esporte e eu estava em casa e não estava me cuidando, engordando... eu tinha que fazer exercício. A educação com os outros, saber respeitar os outros, saber ouvir, depois falar.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
U 2	<p>Usuária/adolescente 16 anos Tempo no Projeto: 1 ano</p>	<p>A gente está ali pra treinar, porque a gente pode ser alguém na vida, e para sair assim, raramente para dar uma saída, distrair um pouco, mas eu prefiro mesmo é treinar, porque alguém pode vir assistir você, você está ali e alguém pode chamar para fora, você pode ser alguém na vida, você pode sair jogando para fora.</p> <p>Então ela separa o grupo para poder colocar, quem treina sério e quem não treina sério.</p> <p>Se eu ficar o tempo todo sem nada para fazer, o que eu vou ter na vida? Nada, nada! Eu estando aqui eu estou aprendendo, alguém pode vir me ver, sendo assim eu posso jogar contra algumas escolas, algum ginásio e essas pessoas podem vir me ver, gostar do jeito que eu treino para eu poder jogar fora também.</p>		<p>Eu aprendo a me desenvolver, como eu posso me comunicar com uma pessoa, vontade de treinar...</p> <p>Minha vida tem mais satisfação, tem mais comunicação com os outros. Antigamente não, antigamente eu só andava na rua porque não tinha ninguém. Agora eu venho aqui no parque conheço um monte de gente. Então isso ajuda uma pessoa, falar assim: vamos lá não tem nada, vamos ajudar quem não sabe ainda, gente já sabe e ajuda quem não sabe ainda. Mudou muito a minha vida porque só de ajudar uma pessoa, sabendo que a gente pode, a gente ajuda.</p> <p>Então mudou bastante a minha vida, porque às vezes você anda assim na rua e fala: “para quê ajudar aquela pessoa? Eu não conheço para quê eu vou ajudar, eu não, deixa ela lá?” Aí você olha para o lado: “bom, e se um dia eu precisar dela e ela não me ajudar?” Mudou bastante.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
U 3	<p>Usuário/adulto 33 anos Tempo no Projeto: 1 ano</p>	<p>Muito importante, porque eu creio assim: a gente precisa ter um lazer pra poder não ficar tão estressada. Na minha vila não tem nenhuma praça, nem parque, nada. Então a gente sai de lá para cá. Eu pretendia vir mais, porque eu acho que ajuda a desestressar, esquecer um pouco os problemas, não é? Eu creio que sim, porque parece que você relaxa, chega em casa mais disposta para fazer o serviço, para cuidar de criança, você relaxa, eu principalmente, eu gosto, venho para cá e vou embora muito bem, gosto do sol, gosto de água e tal.</p>	<p>Eu entendo que educação é educar e precisa principalmente o lazer pra ser educado. Não tem um contato mais assim, educação, não tem como, porque a gente está ali na água, então ele só passa os exercícios, terminou cada um sai e vai embora. Então eu acho que não. Eu creio que tem, porque você tendo lazer, já se educa também, as crianças, para saber brincar, para não destruir e respeitar o pessoal aqui. Eu creio que tem sim.</p>	<p>Eu creio que eu conheci muita gente aqui. Não ampliou nada, porque eu sou uma pessoa comunicativa. Faço amizade fácil, daqui eu acho que não influencia nada não, normal. Tanto é que a gente também não tem muito contato na água com as pessoas, você conversa com as pessoas, mas de repente você tem que ficar, tem que prestar mais atenção naquele exercício, não conversa muito dentro da água. Eu acho que a minha disponibilidade, você fica mais disposta. E aqui não, eu venho, eu faço a hidro aí eu vou embora e chego mais disposta, me sinto melhor. Só é uma pena como eu te disse, não é?. Que as férias deles é demais. Eu acho que é janeiro, fevereiro, acho que só em março que eles retornam. Muito tempo parado, mas o pessoal que tem problema de saúde, não tem condições de pagar, e outra também, com um parque maravilhoso desse enorme, eu acho que eles tinham que voltar em janeiro, passou natal e ano novo, janeiro, daí pára no carnaval. Tanto é que eles retoram em março aí daqui a pouco já vem o inverno, é uma pena só isso, que as férias deles é umas férias, vou te contar!</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
U 4	<p>Usuária/adulta 39 anos Tempo no Projeto: 2 anos</p>	<p>A participação também da comunidade, todos participam. Eu acho excelente. Eu tinha um peso bem mais, eu era mais gorda, então eu me sinto bem pra minha saúde, trabalho, pra tudo melhorou muito, consegui emagrecer um pouco também, eu faço caminhada também.</p>	<p>Sem o lazer, sem educação as pessoas não podem ter momento de lazer, não podem usufruir.</p> <p>Ajudam muito, muito, disciplina, na convivência com outras pessoas, parte social também, com as crianças, com os filhos.</p>	<p>A convivência com o companheirismo, a amizade que nós fizemos com pessoal que tão fazendo o mesmo exercício, a hidroginástica. A gente trocamos até telefone, um vai na casa do outro, a gente se comunica com o outro.</p> <p>As amizades, não é?</p> <p>O convívio social mesmo. Antes a gente não tinha só os clubes tem esse lazer que a gente pode trazer a família em geral, vem os amigos, para passar o final de semana, as amizades que nós fizemos, novas amizades.</p> <p>Eu tinha um excesso de peso aí com a hidroginástica, com as caminhada, então ficou bem melhor, eu me sentindo bem pra trabalhar, me sentindo bem melhor.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
U 5	<p>Usuária/idosa</p> <p>Tempo no Projeto: 1 ano e meio</p>	<p>Pra mim está sendo ótimo, porque é uma coisa que beneficia a gente, a gente sabendo, como se diz, aproveitar esse momento que a UCDB oferece para gente, é uma coisa maravilhosa, pra hidro, pra tudo.</p> <p>São as atividades que tem aqui, porque pra mim lazer é eu estar aqui participando e gostando do que eu estou fazendo.</p> <p>Pra mim tem muita importância, pela minha saúde, pelo meu corpo, a gente fica com a mente mais aberta, a mente mais leve, pra mim é muito importante.</p>	<p>Eu acho que sim, porque desde o momento que ele está fazendo essa atividade aqui no projeto ele já está preocupando com a educação da pessoa.</p> <p>Se todo mundo aproveitasse isso que o projeto oferece teria muita gente bem educada.</p>	<p>A gente faz diversos movimentos dentro d'água.</p> <p>No momento que nós sai de casa, que toma o ônibus, para vir até aqui, para gente já é uma coisa muito importante, desde o momento que a gente está aqui junto com as colegas, não é só o exercício, vê as colegas também, amizade, não é?</p> <p>Olha, eu pra mim, mudou assim, a minha saúde, mudou bastante, o meu corpo mudou bastante, a gente sente assim mais leve, a gente sente que tem mais disposição de fazer as coisas, e a gente fica com a mente mais limpa, mais leve, desde o momento que a gente faz uma coisa útil, saída, não é? Minha vida melhorou bastante.</p>

Continua

Continuação

	Identificação	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3
U 6	<p>Usuária/idosa 67 anos Tempo no Projeto: 1 ano</p>	<p>Não só pra mim como para todos que participam, pessoas de idade que necessitam de um movimento físico.</p>	<p>Educação é fundamental, inclusive nessa área de lazer.</p>	<p>Eles ensinam as ginásticas, não é? Os exercícios, e é com muitas brincadeiras, com música, então isso é muito, você aprende. Você conversa sobre várias coisas, troco idéias, isso é muito bom. Então a gente pergunta alguma coisa da outra.</p> <p>Porque o ser humano não pode se isolar, ele tem que se comunicar e com isso você vai aprendendo.</p>